



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

BASILON AZEVEDO DE CARVALHO

A INTERAÇÃO DA TERCEIRA IDADE COM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Salvador
2014

BASILON AZEVEDO DE CARVALHO

A INTERAÇÃO DA TERCEIRA IDADE COM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção parcial do grau de mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Tecnologia de Informação.

Orientadora: Prof^a Dra. Aida Varela Varela

Salvador
2014

Ficha catalográfica

C237i Carvalho, Babilon Azevedo de
A interação da terceira idade com as inovações tecnológicas / Babilon Azevedo de Carvalho – Salvador, 2014.

111f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2014.

Orientadora: Prof. Dra. Aida Varela Varela.

1. Tecnologia da informação e comunicação. 2. Idosos. 3. Ciência da Informação. I. Varela, Aida Varela. II. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 001.8
CDD: 001.42


BASILON AZEVEDO DE CARVALHO

A INTERAÇÃO DA TERCEIRA IDADE COM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação

Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação

Aprovada pela seguinte banca examinadora:

Aida Varela Varela(Orientadora) 
Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília
Universidade Federal da Bahia

Elisandra Villela Gasparetto Sé 
Doutora em Linguística, Universidade Estadual de Campinas
Universidade Estadual de Campinas

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira 
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

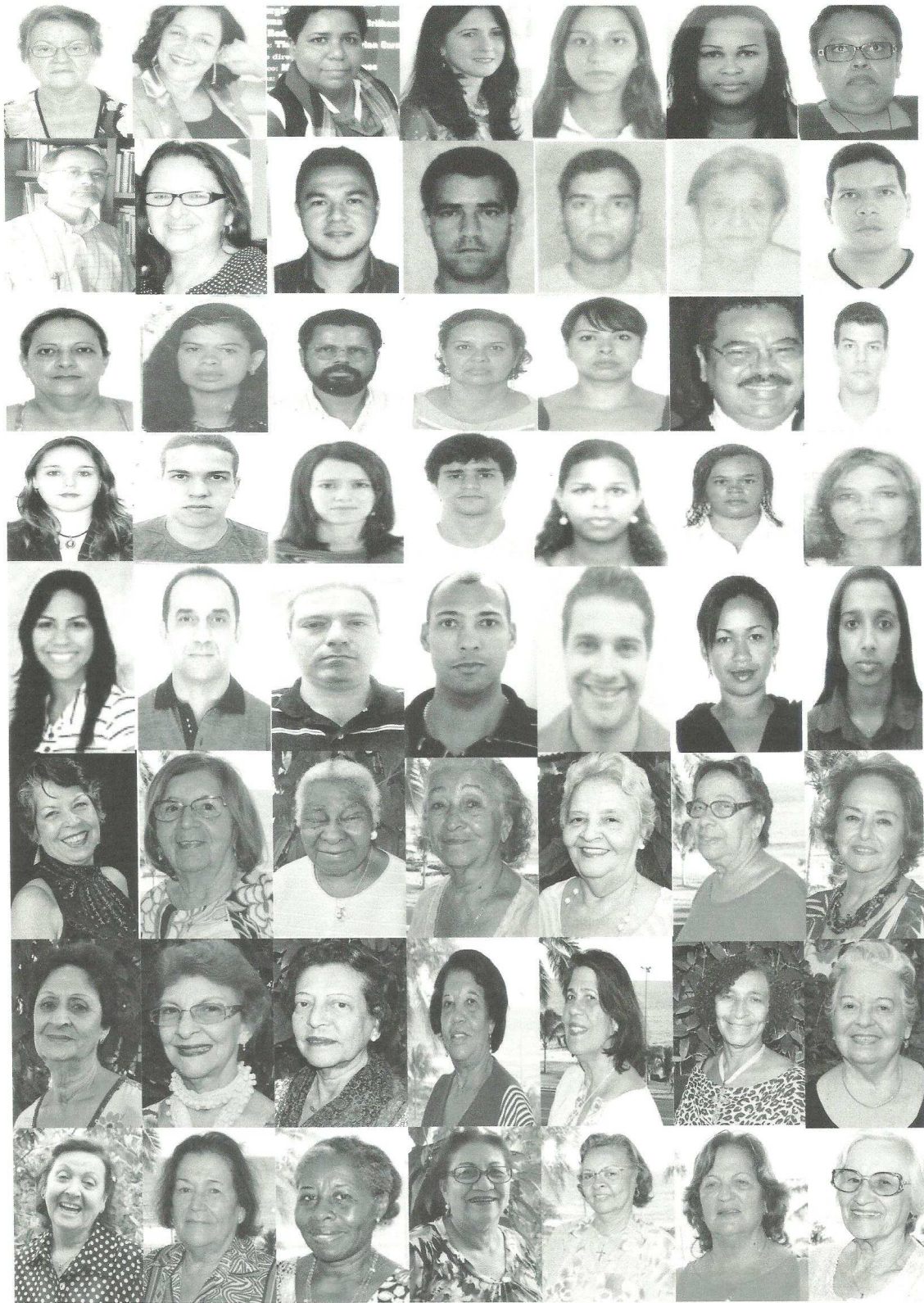
Salvador, 29 de agosto de 2014.

*Dedico este trabalho a meus sobrinhos Manuela, Matheusinho e Marcos Akin; ao
Milson (Hadjy); e ao meu amigo Anderson Jacob in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

A Deus nas pessoas que foram "sal e luz" em minha vida na construção da minha formação.





"Evoluir sem perder a Essência".

(Mestre Didi)

RESUMO

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo sobre a interação de indivíduos idosos, considerados inclusos na terceira idade, para com os aparatos tecnológicos. A problemática se volta para a compreensão de duas questões fundamentais: como as pessoas idosas têm se relacionado com a tecnologia na contemporaneidade do mundo? E como essa tecnologia tem influenciado o cotidiano destes indivíduos idosos? O objetivo norteador foi o de compreender, através da análise dos dados, qual o impacto causado pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na vida das pessoas idosas que freqüentam a Faculdade da Felicidade na cidade de Salvador. Como os idosos percebem, descrevem e atribuem significado à experiência de freqüentar a aula de informática, o contato com os aparatos tecnológicos e seus efeitos na vida diária, perpassando pelo campo da sociabilidade e do comportamento com esta interação com as redes sociais. A escolha de se realizar a pesquisa com usuários da terceira idade se justifica pelo fato de verificar como se dá, e se realmente ocorre a interação dos indivíduos na terceira idade com o fenômeno das inovações tecnológicas. Tentou-se mostrar ao longo da elaboração do trabalho, através do referencial teórico, da justificativa, da fase metodológica e através da análise de dados, a historicidade dos sujeitos, algumas características individuais, como o uso dos aparatos tecnológicos pode influenciar a vida cotidiana, bem como as motivações que se relacionam em responder aos objetivos do trabalho proposto, e se há uma interação para com as tecnologias ao longo das vidas destes idosos. Deste modo, este é um momento singular para aferir estas questões relativas a este fenômeno tecnológico da era digital. Este estudo quali-quantitativo se configura como uma investigação descritiva de dados que versam o histórico do cenário da terceira idade no Brasil e no mundo. A amostra foi composta de 30 idosos, selecionados pelo critério de estarem inclusos na categoria da terceira idade, com idade igual e ou superior a 60 anos. Os resultados da pesquisa evidenciam que os idosos, ainda que estejam inseridos na sociedade que perpassa pelo *boom* das inovações tecnológicas, não estão literalmente imersos nesta *vibe* das redes sociais, bem como na dependência das tecnologias para sobreviver no contexto da inclusão digital. Para alguns, o processo de interação com a internet é importante, para outros, fazer uso da mesma pode ser considerado uma ação positiva, tanto para ativação da memória, quanto para o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, ou seja, alguns idosos incorporam as tecnologias naturalmente, outros não consideram a mesma uma grande atenuante nas suas relações sociais, bem como necessidades diárias. Conclui-se que a percepção dos idosos, quanto à interação para com as tecnologias, depende muito de como este acesso chega aos mesmos, e qual a sua importância para sua vida cotidiana, como elemento norteador que dê sentido a sua vida.

Palavras-chave: interação na terceira idade. Faculdade da Felicidade. inovações tecnológicas. inclusão digital. Internet.

ABSTRACT

This research is characterized as a study on the interaction of elderly individuals considered included in the third Age with technological devices. Whose problematic turns to the understanding of two fundamental questions: How do older people have associated with the technology in the contemporary world? How has the technology influenced the daily life of the elderly? The leading objective is to understand through analysis of data the impact caused by the use of Information and Communication Technologies (ICT) in the lives of older people from students of Felicidade College in Salvador. It is important to understand how the elderly perceive, describe and give meaning to the experience of attending a computer class, and the contact with technological devices and their effects on daily life, passing by the field of sociability and the results of the interaction in social networks. It is really important to understand the interaction process of these individuals with the phenomenon of technological innovation. This research aims to understand the impact of technological innovations in the lives of seniors. This study theoretical background and methodology tried to describe the historical context and individual characteristics, such as the effects of the use of technological devices in their lives. This is a unique time to assess these issues about this technological phenomenon of the digital age. This qualitative and quantitative study is configured as a descriptive research in which data address the historical context of the elderly in Brazil and worldwide. For the sample were selected 30 seniors aged 60 years old or over. The survey results show that elderly use the technological innovations; they are included in social networks and depend on technology to survive in the digital inclusion. For some, the process of interaction through the internet is important. Others individuals consider that the use of this technology can be a positive action for activation of memory and the development of reasoning ability. Thus, some seniors assimilate technologies naturally, while others do not consider it a big mitigating factor in their social relations, or for daily needs. We conclude that the perception of the elderly on the interaction with technology resources depends largely on how these technologies come to them, and how important it as a guiding element that makes sense to everyday life.

Keywords: interaction in third age. Felicidade College. Technological innovations. digital inclusion. Internet.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos idosos	77
Tabela 2 – Idosos pesquisados por gênero	78
Tabela 3 – Escolaridade dos idosos pesquisados	78
Tabela 4 – Estado civil dos idosos pesquisados	79
Tabela 5 – Convívio familiar dos idosos	79
Tabela 5.1 – Convívio com pessoas na mesma casa	79
Tabela 6 – Rendimento mensal dos idosos	80
Tabela 7 – Ocupação dos idosos	80
Tabela 8 – Acesso residencial à internet	81
Tabela 9 – Habilidade para o uso do computador	81
Tabela 10 – Habilidade para navegar na internet	81
Tabela 11 – Uso do computador para comunicação pessoal	82
Tabela 12 - Ajuda no uso do computador	82
Tabela 13 – Frequência de acesso às informações cotidianas	83
Tabela 14 e 14.1 – Acesso às redes sociais	83
Tabela 15 – Aumento do círculo de amizades através da internet	84
Tabela 16 – Uso das tecnologias e interação no convívio social	84
Tabela 17 – Uso do computador e memória ativa	85
Tabela 18 – Uso do computador e capacidade de raciocínio	85
Tabela 19 – Serviços e assuntos que mais interessam na internet	85

LISTA DE SIGLAS

CI	Ciência da Informação
FSBA	Faculdade Social da Bahia
FTE	Faculdade de Tecnologia Empresarial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PARFOR	Plataforma Freire
PIB	Produto Interno Bruto
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologia da informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA	15
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	O PROBLEMA DA PESQUISA	18
1.4	OBJETIVOS	19
1.4.1	Geral	19
1.4.2	Específicos	19
1.5	METODOLOGIA	19
2	A VELHICE	22
3	O CENÁRIO DA TERCEIRA IDADE	26
3.1	O CENÁRIO MUNDIAL	26
3.2	O CENÁRIO BRASILEIRO	27
3.3	QUESTÕES INERENTES DA TERCEIRA IDADE: biológicos, econômicos, sociais, culturais	29
4	A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A TERCEIRA IDADE	40
4.1	O IMPACTO SOCIAL DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	42
4.2	AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A TERCEIRA IDADE	52
4.3	A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	56
5	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	62
5.1	CONCEITOS DE INFORMAÇÃO	62
5.2	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	66
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	72
6.1	DEFININDO O AMBIENTE DA PESQUISA	72
6.1.1	A Faculdade da Felicidade	72
6.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	76
6.3	APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	77
6.4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	86

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE	106
	ANEXO	111

1 INTRODUÇÃO

1.1 A MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

A importância deste trabalho acadêmico está associada ao fato de ele apresentar minha concepção de vida no que se refere à educação. Assim, a motivação no processo desta pesquisa ocorreu ao perceber as dificuldades que as alunas da Plataforma Freire - PARFOR¹ da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, no curso de Licenciatura em Pedagogia, dos diversos Campi em que lecionei, apresentaram. Neste contexto, foi notada certa dificuldade em manejar, utilizar, bem como interagir com o processo tecnológico que fazia parte do processo de formação das discentes.

Assim, no primeiro momento, percebi que cada indivíduo apresentava dificuldade ao longo do processo de sua formação na interação com as tecnologias, uma vez que todas as discentes eram professoras da Rede e cursavam a licenciatura, para responder a demanda do Ministério da Educação (MEC) de qualificar docentes do ensino básico. Desse modo, tem sido processual promover ensino superior nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas licenciaturas.

Como pedagogo, é importante refletir sobre as demandas oriundas de uma necessidade latente a todos que são desprovidos de uma educação de qualidade e dos meios que possibilitem adquirir aparatos plausíveis para sua formação. Portanto, favorecer o processo de ensino-aprendizagem de cada aluna envolvida na situação permitiu ao primeiro esboço do pré-projeto.

Um pouco depois, percebi que aquela situação não era singular apenas às alunas do programa PARFOR, era uma constante em todos os espaços em que ministrava aulas, este foi o *lócus* do objeto do trabalho proposto. O espaço onde ministrava aulas para um público especialmente diferenciado, neste caso alunos/as da terceira idade, o que significa dizer que tinham idade igual a 60 e ou superior, neste ínterim, implicava um maior cuidado no preparo das aulas. Apesar disso, é

¹ O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES.

importante destacar que a aplicação desta aula era ofertada com uma nomenclatura de relações étnico-raciais, bem distante do nome que intitula este trabalho de mestrado.

Para que o trabalho de investigação acadêmica ocorresse dentro do planejamento previsto de um bom projeto era necessário verificar se o problema percebido nas turmas do PARFOR também se fazia presente naquele contexto distinto. Nesta ocasião, percebi o quanto a tecnologia era importante para aquele público, e esta situação me instigou a querer saber como ocorria a interação entre os indivíduos no processo de envelhecimento e as demandas oriundas das inovações tecnológicas.

1.2 JUSTIFICATIVA

A vida humana, em tempos atuais, tem se tornado cada vez mais acelerada e a noção de tempo e espaço cada vez menor. No que se refere tanto às condições de vida quanto à economia e sustentabilidade, é cada vez mais difícil sobreviver com tanta poluição, e a vida se torna cada vez mais desfavorável ao ser humano, do ponto de vista econômico. No entanto, é sabido que a expectativa de vida no Brasil tem aumentado. Segundo Mendes et al.,

No Brasil estima-se que nos próximos 20 anos a população de idosos poderá alcançar e até mesmo ultrapassar a cifra dos 30 milhões de pessoas, o que representará aproximadamente 13% da população. Em 2000, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)(3), o número de pessoas com 60 anos ou mais era de 14.536.029, contra 10.722.705 em 1991. Esse crescimento traz a consciência da existência da velhice como uma questão social. (MENDES, et al., 2005).

Um dos fatores responsáveis por essas modificações na contemporaneidade é a expectativa de vida da população idosa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa média de vida ao nascer do brasileiro aumentou de 66 para 68,6 anos.

Os censos populacionais realizados entre 2000 e 2010, pelo IBGE, apontam o crescimento da população brasileira em 12,3%, aproximadamente 21 milhões de

peças. No total contabilizado em 2010, de aproximadamente 191 milhões de habitantes. Ademais, a dimensão da população de idosos, neste mesmo período, passou de 5,9% para 7,4%, aproximadamente 20 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

Neste contexto, no qual o aumento da população idosa é uma vertente significativa, as transformações da sociedade e o progresso da tecnologia e dos meios de comunicação avançam, possibilitando ao indivíduo idoso um conjunto de aparatos. Então, esta situação favorece a qualidade de vida, um dos fatores da longevidade etária das populações idosas (VILARTA, 2007).

Políticas públicas que assegurem a vida do idoso, bem como iniciativas que possibilitem qualidade de vida ao indivíduo no processo de envelhecimento, promovem integração e interação à contemporaneidade. O Art. 21, § 1º do Estatuto do Idoso garante que os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna (BRASIL, 2003).

Dessa forma, as mutações estruturais, quando associadas às mudanças de comportamento face à estrutura social, neste caso, o aumento da população idosa, (IBGE 2010), evidenciam como o trato para com estes indivíduos requer cuidados e especificidades, por conta da demanda da categoria, conforme apontado por Cachioni (2003, p.16):

[...] em face dessa nova visão, passaram a ser buscadas novas posturas de atendimento e de oferta de serviços e de atividades ao idoso, compatíveis com as novas imagens do envelhecimento.

No cenário de envelhecimento futuro, é importante que as instâncias governamentais que promovem políticas sociais estejam preparadas para as transformações que surgirem em função do crescimento constante da população idosa. Nesta realidade, a inclusão digital possibilita transformações significativas e rapidez crescente. Segundo Sé,

[...] as inovações tecnológicas avançam de uma forma acelerada, o que vai exigir um processo de atualização cada vez mais rápido da sociedade como um todo, para acompanhar as mudanças que irão influenciar no nosso cotidiano." (SÉ, 201?).

Assim, faz-se necessária uma atualização permanente. Para acompanhar as tendências do mercado, é preciso ter conhecimento das ferramentas disponíveis, sendo, por isso, necessários: treinamento e capacitação profissional, que podem fazer a diferença na qualificação para o trabalho, como perspectiva de estabilização econômica de vida. O fato é que, quando esta estabilização já é uma realidade, sendo o caso do objeto de estudo a terceira idade, estas ferramentas tecnológicas fazem a diferença, pois possibilitam interação, integração, bem estar, autoestima elevada, inclusão digital, dentre outros bens relacionáveis que a conectividade pode proporcionar.

Diante desta conjuntura, este trabalho visa contribuir para o conhecimento da realidade social da população idosa, especialmente com foco na interação destes indivíduos com as inovações tecnológicas do mundo contemporâneo. Portanto, justifica a realização da pesquisa, que enseja também evidenciar o quanto as atividades voltadas ao desenvolvimento da inclusão tecnológica podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pessoas na fase da velhice, tendo como objeto específico de estudo os idosos da Faculdade da Felicidade, em Salvador, Bahia.

1.3 O PROBLEMA DA PESQUISA

Sem dúvida alguma, a sociedade sofre um grande impacto diante do advento das novas tecnologias de informação e de comunicação. É possível perceber esse impacto também na vida das pessoas idosas. Para essa população, que cresce diariamente, é cada vez mais difícil permanecer alheia às inovações tecnológicas que o mundo globalizado oferece. A percepção dessa realidade exige a análise de algumas questões, de forma a permitir uma compreensão mais exata da relação que as pessoas idosas têm hoje com a tecnologia. Diante disso, formulou-se duas questões fundamentais:

- Como as pessoas idosas têm se relacionado com a tecnologia no mundo atual?
- Como essa tecnologia tem influenciado o viver diário dessas pessoas?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

Analisar o impacto causado pelo uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) na vida das pessoas idosas que frequentam a Faculdade da Felicidade na cidade de Salvador.

1.4.2 Específicos

- a) Verificar como as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) estão sendo utilizadas pelas pessoas idosas, que freqüentam a Faculdade da Felicidade, em suas vidas cotidianas.
- b) Analisar como o uso das Tecnologias da Informação e de Comunicação (TIC) tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e socialização das pessoas na terceira idade.

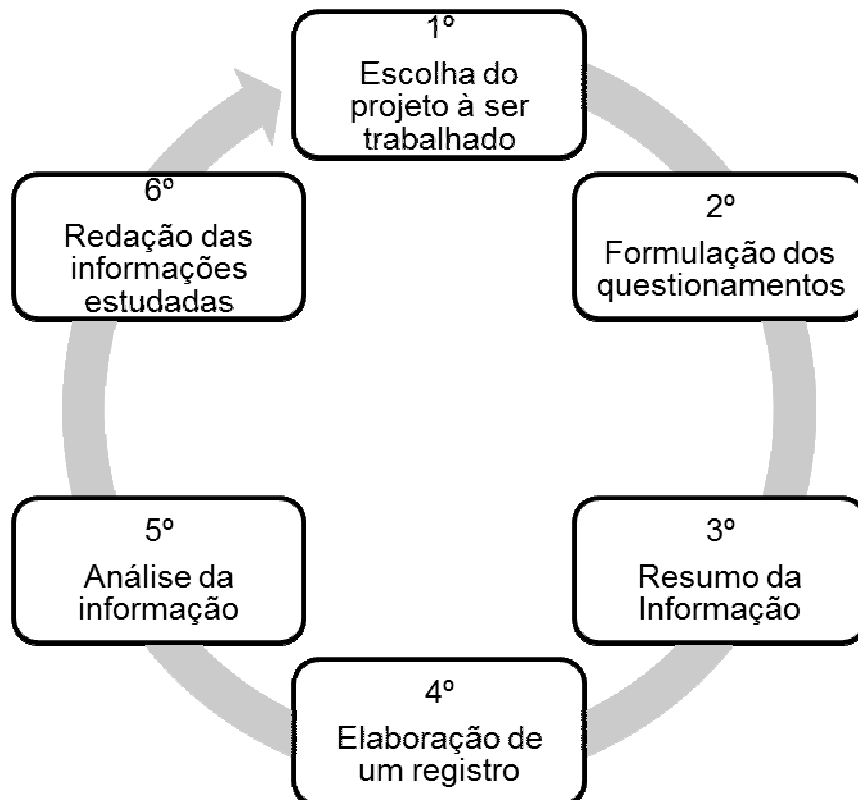
1.5 METODOLOGIA

Esta investigação segue uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa, centrando-se na averiguação da interação da terceira idade com as inovações tecnológicas. Os estudos iniciaram-se por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais, bem como em teses e dissertações sobre a temática de tecnologias e da terceira idade. O enfoque foi para os temas: informação, tecnologias da informação, mediação da informação, informática, inclusão digital e inclusão social.

Pesquisa é procedimento técnico, que segue uma lógica racional e sistemática, e tem por objetivo esclarecer problemas que são propostos. Para Gil (1995), uma pesquisa que não dispõe de informações suficientes a alcançar tal finalidade ou cujas informações se encerram confusas ou desconexas ao problema proposto, é necessário buscar através de procedimento racional sua equalização.

Neste contexto, pesquisa qualitativa situa-se como uma estrutura que apresenta um padrão cíclico, isto é, sempre pronto a considerar novos elementos dos contextos averiguados, de acordo com a Figura 1.

Figura 1 – Padrão cíclico da investigação



Fonte: Lima, 2001, p.14

A definição da pesquisa começou a se delinear a partir de uma noção da política social sobre possíveis dificuldades que pessoas na terceira idade teriam para com as tecnologias, buscando compreender a inclusão digital enquanto produto social e considerando as dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais presentes nas interações entre os sujeitos e as ferramentas tecnológicas. Assim, iniciou-se a noção metodológica, que seria um estudo de cunho qualitativo. Conforme Minayo et al. (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa com um nível da realidade que não pode ser apenas quantificado, como temas que adotam a perspectiva compreensiva ou interpretativa.

Já a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e costumes em um universo ou categoria, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente.

Como o procedimento metodológico adotado visava responder aos objetivos do presente estudo, concebeu-se a necessidade de proceder em conformidade com a pesquisa descritiva e a exploratória. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1995), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Também se utilizou da pesquisa descritiva que, segundo Alyrio (2008), procura essencialmente a enumeração e a ordenação dos dados, sem o objetivo de comprovar ou refutar hipóteses exploratórias.

Neste trabalho, a ação refere-se à interação tecnológica com indivíduos da terceira idade, especificamente com alunos(as) da Faculdade da Felicidade, em Salvador, Bahia. Assim, a amostra participante deste estudo foi constituída por 30 idosos(as).

As transformações advindas do avanço tecnológico trouxeram uma expectativa de vida superior para a população idosa. Cada vez mais indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos passam a somar uma porcentagem ainda maior, representando uma parcela significativa da população. Kachar (2006; 2009) aponta contribuições significativas associadas aos aspectos social e cognitivo, no envelhecimento.

A partir do objetivo da pesquisa, busca-se compreender como os idosos percebem, descrevem e atribuem significado à experiência de interagir com as tecnologias, e como isso influencia o seu cotidiano.

O referencial teórico e metodológico encontrado aproxima-se da proposta desta investigação, pois visa identificar através dos objetivos de analisar e verificar os impactos das tecnologias nas pessoas da terceira idade, bem como a interface da tecnologia que, segundo Kachar (2003), contribui na qualidade de vida dos indivíduos idosos.

2 A VELHICE

A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original puxado por outros dedos.

Ecléa Bossi

Em seu contexto histórico, a humanidade vivencia o ciclo da vida, que é inerente a todo ser humano, em três momentos distintos e interligados: o nascer, a experiência do viver e a certeza do morrer.

A evolução mais significativa da existência humana ocorre a partir do processo natural da vida, do nascimento à morte. Desse modo, antes de culminar nesta última fase, o indivíduo perpassa por modificações biológicas inerentes à própria morfologia humana, reveladas pelo surgimento de rugas, cabelos brancos, etc. Também experimenta transformações explícitas relacionadas à fisiologia, com alterações das funções orgânicas e do processo bioquímico, os quais acarretam modificações nas reações químicas que se processam no organismo. Estas alterações têm por nomenclatura termos como: envelhecer, tornar-se velho, idoso, terceira idade, maturidade, dentre outros.

Definir o que é velhice implica em algumas abordagens que envolvem aspectos sociais e culturais relevantes sobre o conceito de ser idoso. O ciclo da vida humana é regido por uma dinâmica comportamental, na qual cada indivíduo experimenta o envelhecimento, com uma singular fase da concepção de ser humano na sua constituição e estruturação física, psicológica e patológica. Do ponto de vista biológico, o envelhecimento é um estágio em que o organismo entra em degeneração. Essa evolução e/ou degradação do organismo vivo está/estão associada(s) à passagem do tempo, implica(m) na diminuição da capacidade do organismo para sobreviver (MASORO,1999).

O envelhecimento é um processo natural que o ser humano está condicionado a vivenciar e este pode ser influenciado por fatores genéticos e culturais (BALTES, 1987). É uma fase natural do ciclo da vida, que se processa pela dimensão genética, caracterizada por fatores biológicos que resultam no declínio do corpo.

Envelhecer é algo inevitável na vida. Salgado (1996) aponta algumas etapas relevantes neste processo, que implicam no conjunto das dimensões biológicas, fisiológicas, psicológicas, socioculturais, econômicas, educacionais e políticas.

Ao lado da indagação sobre o que é velhice, podemos lançar outras questões como, por exemplo: o que vem a ser infância, a juventude e, mesmo, a idade adulta? As ciências que por longo tempo já vêm desenvolvendo amplos estudos sobre essas etapas da vida ainda não conseguiram compor definições que satisfaçam integralmente a natureza especulativa dos homens, pois, para qualquer proposta apresentada, sempre serão descobertos aspectos não considerados, mais ou menos importantes segundo as diferentes óticas de análise, convertendo as definições em simples aproximações, de caráter absolutamente temporal. (SALGADO, 1996, p. 5).

O conceito temporal do envelhecimento *esboça* a ação de curso de vida do ser humano. Inicia-se com o nascimento e termina com a morte. O envelhecimento deve ser entendido como um processo natural do ciclo da vida dos indivíduos, como retrata a Declaração de Brasília sobre Envelhecimento.

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Enquanto o envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que freqüentemente acompanham o envelhecimento podem ser prevenidas ou retardadas, não só por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais. (BRASIL, 1996, b, p.1 *apud* ASSIS, 2005, p. 3).

O ato de envelhecer é, portanto, uma experiência singular a cada pessoa, sentida e percebida segundo seu gênero, raça, classe, religião, e depende da experiência particular de cada indivíduo. As modificações biológicas, psicológicas, sociais e culturais ocorrem quando, ao envelhecer, o ser humano precisa adaptar-se à sua nova realidade existencial no seu cotidiano.

Neste contexto, as relações sociais modificam-se em função da diminuição da produtividade, que está atrelada às alterações do corpo, referente à biologia humana. Então, o domínio sobre o mesmo não é mais tão intenso quanto antes e, no que se refere ao processo cultural, o poder físico e econômico evidencia o fator psicológico sobre as inferências internalizadas de ser velho, ou a conotação

pejorativa sobre a velhice que expõe uma não aceitação social. Sobre estas questões, Debert (1992) aponta como um tratamento que lhes é dado pelos mais jovens, no qual os significados têm suas particularidades nos contextos históricos, sociais e culturais distintos.

Durante seu processo evolutivo, o ser humano sofre modificações biológicas, sociais e psicológicas. No entanto, é na velhice que esse processo aparece de forma mais evidente, dada a concepção biológica ser algo natural no ciclo da vida (DEBERT, 1992), evidenciando que estes fatores socioculturais influenciam diretamente no quesito social.

O segundo conjunto de dificuldades que as pesquisas sobre as dimensões do envelhecimento enfrentam é que nas sociedades ocidentais contemporâneas a velhice é apresentada como um problema social. Seria, portanto, importante ter uma visão clara do que é a constituição de uma questão em problema social e qual é a especificidade da análise antropológica (DEBERT, 1992, p. 20).

Nas diversas formas em que a velhice se apresenta, não existe um ponto determinado e único para se precisar o momento que o ser humano fica velho. A idade cronológica pode ser configurada como uma medida arbitrária e não muito exata, de modo que o uso de um número único para delimitar o status deliberado socialmente pelo conceito velhice provoca no indivíduo conotações negativas, como aborda Sluzki, (1997, p. 117-118).

[...] à medida que se envelhece, a rede pessoal social sofre mais perdas ao mesmo tempo em que as oportunidades de substituição para estas perdas se reduzem drasticamente. Além disso, os esforços que é preciso despende para manter uma conduta social ativa são maiores, a dificuldade para se mobilizar e para se mover é maior, e a acuidade sensorial é reduzida, o que diminui as habilidades e, em longo prazo, o interesse em expandir a rede [...] Com o desaparecimento de vínculos com pessoas da mesma geração, desaparece boa parte dos apoios da história pessoal [...] Parte da experiência de depressão que parece se instalar em muitos velhos de maneira opressiva emana da solidão e da conseqüente perda de papéis.

A idade biológica refere-se ao estado corporal de desenvolvimento/degeneração física e decréscimo nas faculdades mentais que

Sluzki (1997) apresenta como fator negativo, o que contradiz a ideia de envelhecimento apresentada por Debert (1992).

Dentre as diversas considerações éticas apresentadas sobre a epistemologia da velhice, se faz necessário refletir sobre a noção de cuidar e, neste contexto, a velhice tem sua importância, mediante a adoção precoce de hábitos saudáveis de vida e a eliminação de comportamentos nocivos à saúde.

3 O CENÁRIO DA TERCEIRA IDADE

Este capítulo visa contextualizar a proporção de idosos no mundo e no Brasil. Além disso, mostra a mudança de expectativa de vida na sociedade, assim como suas interferências no Brasil. E, por fim, dialoga sobre os impactos do aumento da expectativa de vida e da qualidade de vida ao longo do processo do envelhecimento, evidenciando repercussões econômicas na sociedade.

3.1 O CENÁRIO MUNDIAL

No contexto mundial, a quantidade de indivíduos idosos que vivem em espaços urbanos aumentou consideravelmente. Em alguns países, as diferenças por sexo dos idosos de zonas rurais e urbanas são muito acentuadas. A população rural de Cuba, por exemplo, apresenta uma razão de 150 homens idosos por 100 mulheres (KALACHE, 1998).

A abordagem sobre o envelhecimento ativo “[...] baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos em função das pessoas idosas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pela ONU” (ORGANIZAÇÃO..., 2005, p. 14).

Na conjuntura mundial, alguns países estabeleceram regras que mantêm esta perspectiva acentuada para segurança monetária, no que se refere à aposentadoria por idade estabelecida nos parâmetros nacionais, de igual ou superior a 60 anos, a chamada terceira idade.

No caso da “aposentadoria por idade”, conseguiu-se transpor para o Brasil, padrões semelhantes ou superiores aos existentes em países desenvolvidos. A idade mínima de 65 anos não era adotada sequer em países como a Bélgica, Alemanha, Canadá, Espanha, França e Portugal (60 anos) e os EUA (62 anos), por exemplo; e equivale ao parâmetro seguido na Suécia, Alemanha, Finlândia e Áustria (65 anos), por exemplo. A própria Organização Mundial de Saúde (OMS) faz uma distinção, ao definir a população idosa, entre países desenvolvidos (acima de 65 anos) e países em desenvolvimento (acima de 60 anos) (IBGE, 2002, p. 9).

3.2 O CENÁRIO BRASILEIRO

Os termos “idoso”, “ancião”, “pessoa idosa”, “velha”, ou ainda indivíduo incluso na “terceira idade” não são simples de definir. Estes mesmos conceitos se modificam à medida que a sociedade se transforma e há um aumento na longevidade do ser humano. Para Zimerman (2000), o termo “velho” é aquela pessoa que tem diversas idades, que tem como significado a idade do seu corpo, da sua história genética, da parte psicológica, assim como a ligação com a sociedade.

Segundo Baltes (1987), é possível identificar três tipos de envelhecimento: normal, patológico e ótimo. No primeiro processo, “envelhecimento normal”, surgem as alterações normais, típicas e inevitáveis dessa fase. Em seguida, o “processo patológico” constitui numa grande incidência de doenças, ocorridas na disfuncionalidade e descontinuidade do desenvolvimento natural do corpo humano. Por fim, o processo dado como “envelhecimento ótimo” é qualificado por um ideal do contexto sociocultural, configurado pela extraordinária qualidade de vida que o indivíduo pode ter, dada sua condição socioeconômica, que lhe possibilite uma funcionalidade física, mental, psicoativa e o baixo risco de doenças, além da interação constante no engajamento ativo com a vida.

Um conceito que é inicialmente gerido sobre o envelhecimento se configura a partir da dimensão biológica. O envelhecimento, ao longo da história, é associado à deterioração do corpo, tratado como uma etapa da vida de contínua degradação da matéria, e é caracterizado pelo declínio físico, mental e psicológico, associado à decadência, (CORIN, 1985; DEBERT, 1999). Assim, o envelhecimento cristalizou-se em uma visão orgânica.

Para Uchoa, Firmo e Lima-Costa (2002), é importante salientar que o processo de envelhecimento no mundo tem outras vertentes com interferências culturais diversificadas. Os autores afirmam que, à medida que se documentou o processo do envelhecer nas diferentes culturas, constatou-se que há uma diversidade de formas do envelhecer. Assim, a concepção da velhice e o envelhecimento deixaram de ser encarados como premissas naturais e passaram a ser vislumbrados como fenômenos diretamente influenciados pela cultura.

Envelhecer é seguir o curso natural da vida humana, seja a ciência, o processo biológico, a cultura e/ou os fatores sociais que circundam o fenômeno do

envelhecer. Neste sentido, considerando os itens citados anteriormente, busca-se em todas as definições propiciar um olhar mais ameno. Bosi (1979) trata a temática aqui explanada com um olhar magnífico, a partir das lembranças dos idosos por ela pesquisados, que evidencia a magnitude do envelhecer e como estes indivíduos carregam histórias, fatos e lembranças importantes na construção da nossa história.

O envelhecimento da população brasileira vem sendo uma constante. Segundo o IBGE (2010), nas últimas décadas, verificou-se um aumento considerável dos anciões no território brasileiro. De acordo com o Estatuto do Idoso, a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, é considerado indivíduo idoso todo homem ou mulher com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003). Os dados encontrados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil asseguram um crescimento populacional em torno de 16% entre 1991 e 2000. (MARTINS; LIBÂNIO, 2003).

De acordo ao IBGE – dados referentes ao Censo 2010, o aumento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6%, entre 1991 e 2000). Em dez anos, a taxa de crescimento da população no Brasil foi de 1,17% (IBGE, 2010).

O aumento significativo do número de pessoas com 60 anos ou mais retrata uma nova realidade. O Brasil deixou de ser um país tipicamente “jovem” [...] e passou a ser um país “adulto”. [...] No período de 1950 a 1999, enquanto o percentual de jovens diminuiu de 42% para 29,4%, o percentual de idosos (acima de 60 anos) mais que dobrou, passou de 4% para 9%. (IRIGARAY, 2004, p. 55).

Cerca de 22 milhões de idosos (IBGE, 2010) fazem parte da população brasileira. Ao observamos este crescimento, podemos notar que a partir deste dado surgem mais lacunas a serem resolvidas enquanto políticas públicas, no que se referem aos quesitos sociais, econômicos e políticos da população brasileira. O IBGE aponta, no último Censo, uma realidade positiva em relação à expectativa de vida, no Brasil, em função do alto crescimento da população idosa. Segundo Tozzati,

Os dados mais recentes do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram uma nova realidade. Hoje, o Brasil tem cerca de 22 milhões de idosos. Destes, 6,5 milhões (cerca de 30%) estão em plena atividade. Há 20 anos essa proporção era de 24% (Censo de 1991). (TOZZATI, 2011).

Dessa forma, o conceito de envelhecimento saudável está associado à ideia de que o indivíduo no processo de envelhecimento preserva todo seu potencial de desenvolvimento no percurso da vida. Logo, se há um processo de envelhecimento tido saudável, haverá uma crescente ampliação na longevidade. Assim aborda Brasil (2003).

O aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). (BRASIL, 2003, p. 5).

De acordo com o IBGE (2010), estes dados são a evidência de que a qualidade de vida da população brasileira melhorou, ocasionando extensão de longevidade, o que para alguns teóricos, especialistas e instituições não são tão evidentes. Desta maneira, há uma demanda positiva na taxa de crescimento, pois existem, com este índice de crescimento, situações de saúde, políticas e econômicas que intervêm diretamente na economia do país. Esta representação da saúde como “dinheiro-dependente” reflete as desigualdades que caracterizam o acesso do brasileiro idoso aos serviços de saúde e aos medicamentos (LIMA-COSTA et al., 2003).

3.3 QUESTÕES INERENTES DA TERCEIRA IDADE: biológicos, econômicos, sociais, culturais

Em proporções orçamentárias, o Brasil tenta configurar sua economia para garantir estabilidade a esta população idosa que, como mencionado anteriormente, cresce. Além de crescer ascendentemente, proporciona ao país uma ascendência na economia, evidenciando um alto consumo desta categoria, expandindo, deste modo, novas possibilidades de mercado para este público específico, conforme esboça FILGUEIRAS (2006) na pesquisa realizada pela Credicard, em relação ao consumo da mesma categoria.

No que se refere ao mercado de idosos, este novo panorama com o índice de expectativa de vida evidencia no mercado a necessidade de políticas públicas que assegurem saúde, educação, esporte, lazer, cultura para esta população. Conforme

a Lei nº 10.741, de outubro de 2003, do Estatuto do Idoso, o capítulo V, assegura os seguintes direitos ao idoso:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. (BRASIL, 2003).

Ademais, assegura um novo cenário de empregos para esta categoria, salientada por Lisita:

Dos cerca de 20 milhões de brasileiros aposentados, pelo menos 70 mil têm interesse de retornar ao mercado de trabalho com carteira assinada. Esse fato é apresentado por pesquisa realizada pela VAGAS Tecnologia, empresa especializada em consultoria de processos seletivos, e mostra que 36% dos aposentados inativos receberam pelo menos uma oferta para voltar ao trabalho nos últimos três meses. Já entre os 47% dos aposentados que se declararam ativos, 80% pretendem trocar de emprego. (LISITA, 2013).

No que se refere à saúde:

A atenção à saúde dos idosos é primordial para preservar a sua autonomia pelo maior tempo possível. O envelhecimento do organismo por si só já diminui a capacidade funcional do ser humano. As doenças crônicas tendem a acelerar este processo, principalmente, se não houver acompanhamento médico. (IBGE, 2010, p.194).

O Brasil, como um país em desenvolvimento, está construindo sua identidade. Nesta perspectiva, é necessário vislumbrar mecanismos de apoio à população, que, ao longo da sua jornada de vida, ajudaram a construir esta nação. É imprescindível, nesta realidade, valorizar e oferecer qualidade de vida aos protagonistas desta construção, através de elaboração de políticas públicas, bem como de leis que possam assegurar o bem-estar da população, sobretudo dos indivíduos que construíram o país ao longo do tempo, e hoje estão em idade avançada. Eles precisam se valer das leis para garantirem a sobrevivência no fim da vida. Uma conquista plausível é o Estatuto do Idoso que traz no seu cerne a configuração real e pautada no direito do idoso de:

Assistência Social

É dever do governo e será prestada a quem necessitar, mesmo se não tiver contribuído para o INSS. O órgão responsável é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e as ações são executadas dentro do seu município. Caso necessite, procure a assistente social da prefeitura da sua cidade.

Saúde

Também independe de contribuição. É direito de todos e dever do Estado. O órgão responsável é o Ministério da Saúde. Basta procurar os postos de saúde ou hospitais públicos que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

Previdência Social

Para ter acesso aos serviços e benefícios previdenciários é necessário contribuir. A Previdência Social é administrada pelo Ministério da Previdência Social, e o órgão responsável pela execução das políticas dessa área é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, representado pelas Agências da Previdência Social, distribuídas em todo o país. (BRASIL, 2003).

A conjuntura da nação e suas especificidades marcadas por características singulares permitem discorrermos sobre o quão é necessário assegurar, para esta categoria crescente, subsídios legais que possam amparar todos os níveis sociais dos idosos. A cartilha da Previdência Social é uma ferramenta bastante importante, explicativa, de fácil acesso e explana sobre questões de dúvidas constantes entre os idosos que, sem informação, por conta da extensão territorial do Brasil, ficam à mercê de terceiros para o acesso, principalmente à aposentadoria e saúde, ou seja, às questões básicas de sobrevivência.

Todo cidadão tem o direito à informação. Assim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o acesso à informação como um direito fundamental dos indivíduos (BRASIL, 2011). Esta prerrogativa possibilita os mesmos a gerir suas atividades rotineiras, bem como sua participação no coletivo da nação e dedicaram anos de vida por esta pátria. Uma vez empossado e com acesso à informação através dos meios de comunicação que direcionem o indivíduo às suas necessidades, ele poderá buscar quais são os benefícios que lhe são assegurados como direitos e deveres. Entender que este indivíduo está no processo de envelhecimento, configura um cenário de necessidades como: mudanças no estado físico do corpo e declínio nas funções psíquicas do cérebro. Estas últimas constituem-se em perdas importantes e pertinentes para esta nova fase da vida que corresponde ao processo de envelhecimento. Assim, podem afetar diretamente o

funcionamento psicológico, segundo Stuart-Hamilton (2002), os quais enfatizam que os processos de envelhecimento social, biológico e psicológico não ocorrem independentemente um do outro. Já Debert (1992) evidencia a distinção entre um fato universal e natural – o ciclo biológico condicionado ao ser humano do nascimento, crescimento até morte – para ele é um fato social e histórico de como o envelhecimento é concebido.

A consideração de que as idades cronológicas baseadas num sistema de datação é uma premissa, supõe que a essência definidora seja a idade legal ou o estado de envelhecimento biológico, ou seja, mecanismos fundamentais de definição do ato de envelhecer. No entanto, Stuart-Hamilton (2002) considera que a ação de envelhecer promove também interferências nos fatores psicológicos.

Esta é uma noção de que o meio social interfere diretamente no processo de envelhecimento, o qual pode ser notado, já que, mediante o avanço da vida, ano pós ano, os seres humanos vão envelhecendo. Logo, isso se constitui em um fator determinante e condicional na vida. Para Vellas (2009), a idade legal e a idade cronológica estipulada pelo legislativo podem determinar a terceira idade ou o ser idoso, mas existem outros fatores que determinam a terceira idade. Neste sentido, a idade cronológica para o envelhecimento só tem valor jurídico assegurado por lei, ao observarmos o envelhecimento dos pontos fisiológico, psicológico, social e econômico, o que abrangem outras variáveis também importantes para o marco na cronologia da vida que é o envelhecimento.

Para Debert (1992), há outras considerações importantes no quesito envelhecer, que, antropologicamente, tem fatores subjetivos atrelados à construção social, que o autor aponta como armadilha.

A velhice, enquanto tema de pesquisa, está marcada por essas características e o interesse deste texto é apresentar algumas das armadilhas que seu estudo traz para os antropólogos que pesquisam as representações e as práticas ligadas ao envelhecimento, em sua própria sociedade ou em sociedades muito distintas da sua. (DEBERT, 1992, p.7).

A relativização da velhice, como fator determinante, carrega consigo estereótipos, bem como causas reais do contexto do envelhecer que procedem em algumas situações relacionadas à saúde e à necessidade de estar incluído ainda

nas atividades sociais. Para tanto, é necessário conceber que o fator do processo brando que o cérebro procede para realizar os esquemas psíquicos das atividades habituais muda gradativamente. Assim, a ação de lembrar, por exemplo, é uma prerrogativa que dependendo do indivíduo pode ser mais ou menos intensa, fácil ou difícil, como enfatiza Bosi (1979), sobre o processo e trajeto para a confecção da memória no cérebro:

Nem sempre, contudo, as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo, as suas ações. Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam pelos nervos aferentes, à central do cérebro, e desta voltam pelos eferentes, à periferia do corpo. Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem é suscitada no cérebro permanece nele, “parando”, ou durando, teríamos, não mais o esquema imagem-cérebro-ação, mas o esquema imagem-cérebro-representação. (BOSI, 1979, p.6.)

Do ponto de vista biológico, são sensações que o corpo realiza mecanicamente com vigor intenso na juventude do indivíduo e, ao longo do tempo, as interferências psicossociais promovem uma rudimentar ação do cérebro para o desenvolvimento da memória. Bosi (1979) ainda salienta que esta ação e representação estão ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente a ação e negativamente a representação.

Para Ferrari (1996), estas causas provocam no cotidiano do idoso um prejuízo, retardando, por sua vez, a falta de um preparo para esta fase da vida, incorporada à perda do status de um indivíduo eficaz, conseqüentemente gerando a desvalorização social.

Se no último Censo é aludido o crescente aumento populacional dos idosos, é também notável que, junto a este crescente aumento, há variáveis de saúde e problemas sociais que precisamos observar com cautela. A expectativa de vida está vinculada ao conceito de tempo, cujo resultado é a própria concepção dos limites biológicos que o corpo enfrenta ao longo do espaço e projeção temporal da vida. Segundo Vellas (2009), o avanço da idade favorece a concepção de doenças, como também os indivíduos ficam mais vulneráveis às enfermidades, à solidão e à exclusão.

O anseio da maturidade não é visto na pós-velhice como algo tão positivo. Na verdade, quando no processo de envelhecimento são negados cuidados básicos à terceira idade, ao mesmo tempo é vendida uma ideia promissora de envergadura de uma vida bem vivida aos indivíduos que conseguem chegar à velhice gozando das suas faculdades mentais e da boa condição de atividade física. A primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982 (Resolução 37/51) produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, onde demandaram 62 pontos. Dentre estes pontos, as recomendações são para temáticas de: saúde e nutrição; proteção de consumidores idosos; habitação e meio ambiente; família; bem-estar social; segurança de renda e emprego; educação e a coleta e análise de dados de pesquisa.

No último século, as nações em desenvolvimento e as desenvolvidas tiveram as expectativas de vida ampliadas consideravelmente. Em 2000, a expectativa de vida no Brasil era de 64,8 anos, para os homens, e 72,5, para as mulheres. Logo, em 20 anos, a estimativa de vida dos brasileiros aumentou para 7,6 anos entre os homens, e 8,2 entre as mulheres (IBGE, 2010).

Este envelhecimento populacional chama a atenção para um importante foco: a saúde dos idosos em uma análise mais ampla. Este panorama, mapeado no Censo do IBGE (2010), evidencia a urgência em políticas públicas que possam assegurar os direitos estabelecidos pelo Estado para esta categoria de indivíduos, que, ao longo da sua trajetória de vida, contribuíram com o mesmo, para que possam usufruir dos benefícios da seguridade social, ao adentrar na chamada fase de aposentadoria.

O envelhecimento é dado não apenas pelo fator idade cronológica, mas também pelas limitações que o processo de avanço na idade provoca, como a propensão a adquirir enfermidades, por conta do organismo idoso, que adoece com mais facilidade. Sua baixa imunidade provoca resfriados constantes, seu aparelho respiratório se torna um pouco mais ofegante, o sistema cardiovascular precisa ser monitorado, o sistema digestivo funciona com vagarosidade, as funções renais ficam mais lentas e as atividades psíquicas são modificadas brandamente.

As células não mais estão em vigor igual à juventude. No entanto, o processo de maturidade e sabedoria de cada indivíduo pode ajudar no artifício de recuperação

e superação das doenças crônicas que são normais ao envelhecer. Para IBGE (2010),

Pode-se dizer que envelhecer sem doença crônica é uma exceção, entretanto ter a doença não significa necessariamente exclusão social. Se o idoso continua ativo na sociedade, mantendo sua autoestima, é considerado “saudável” pelos estudiosos. Nas avaliações sobre o seu estado geral de saúde, os idosos, além de considerar propriamente a doença, levam em conta, também, sua participação na sociedade. (IBGE, 2010, p. 193.)

Portanto, enquanto houver vida, é necessário cuidados com as especificidades para que este corpo em processo de envelhecimento seja bem cuidado, já que os direitos da personalidade humana decorrem das necessidades específicas de cada ser humano. Neste caso, a vulnerabilidade do ser idoso exige uma atenção especial, que é estabelecida legalmente no Estado, dentre algumas das seguridades para o indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. Deste modo, o Estatuto do Idoso regula os direitos que garantem às pessoas, conforme dispõe seu art. 1º: “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (BRASIL, 2003).

O advento da velhice concebe limitações ao corpo muito vivido, sem a mesma proporção de vitalidade, assim como também a agilidade do raciocínio, provocando uma tardia resposta na percepção sensorial e motora e cognitiva. Acometido por doenças crônicas específicas da velhice, estas ponderações acerca da ancianidade são o *locus* dos direitos constituídos para sua seguridade, o que também não suprime a responsabilidade familiar de corresponsabilidade com o Estado no cuidar dos idosos, como está estabelecido no Estatuto do Idoso, art. 3º, que diz:

[...] É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade de vida está relacionada à percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Referente ao envelhecimento, de acordo com Minayo et al.,

[...] é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (MINAYO et al., 2000, p.8).

Estas noções destacadas pelos autores, como definição sobre qualidade de vida, aponta para a necessidade que implica diretamente na promoção de saúde pública e de políticas públicas que possam assegurar este direito na Lei já implementada, como salienta o Estatuto do Idoso, Art. 8º “[...] O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção constitui-se como um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.” Evocar qualidade de vida é promover aspectos viáveis que possam interferir diretamente e positivamente na vida do indivíduo.

No Brasil, as apreciações demográficas indicam um aumento da longevidade. Dados do Censo Demográfico divulgadas pelo IBGE (2000) revelaram que havia um total de 6.527.630 homens e 8.011.358 mulheres no grupo de idade igual a 60 ou superior.

Proporcionalmente, à medida que a população idosa brasileira avança, o balanço nos cofres públicos também, como lhe é um direito assegurado por lei de ter uma aposentadoria. (Lei 8.842/94 - art.10 - inciso IV- alíneas a e b). Neste contexto, o PIB interno muda a partir da crescente população idosa.

O setor previdenciário determina o grau de protagonismo na gestão familiar e o possível perfil de morbidade hospitalar da população idosa. Logo, também desencadeia o aumento de despesas no Sistema Único de Saúde (SUS). As condições de vida da população idosa, a participação numa grande fatia do mercado de trabalho, as motivações financeiras e o elevado consumo dos indivíduos idosos, consequências da inflação sobre a renda do idoso, a proliferação da previdência privada e os gastos com planos de saúde são atenuantes das necessidades do envelhecer.

Com o avanço das tecnologias, questões referentes à saúde do idoso também tomaram outros rumos no quesito cuidado e remédios específicos que ajudam na manutenção saudável do indivíduo.

A saúde do idoso é uma das prioridades para a governança do Estado, bem como para organizações mundiais que buscam promover qualidade de vida para os indivíduos no processo de envelhecimento. Neste ponto, a saúde do idoso requer uma configuração de investimento que supere a expectativa de vida do ancião, em que o mesmo tenha acesso a serviços de saúde de qualidade, garantia da qualidade de vida, bem como o direito à aposentadoria, que é a segurança de manutenção em seus anos de vida em contribuição.

Transformações na composição etária, que ultimamente se anunciam um progressivo envelhecimento da população, esboçam os desafios de ordem social, política e econômica, que interferem tanto no volume total das demandas por ocupações públicas nas diversas áreas, quanto na necessidade de mais empregos para esta categoria. Para que a velhice possa ser desfrutada, são necessárias implementações de políticas públicas adequadas que possam garantir um mínimo de condição de qualidade de vida para o avanço desta população idosa.

A vinculação financeira demonstra a inexistência de autonomia para desempenhar as atividades do cotidiano e a ausência de rendimentos. Ela provoca uma reorganização da família brasileira frente ao envelhecimento populacional e suas implicações, por conta do quadro econômico atual e o anseio do bem-estar dos idosos no futuro. Ao discutir estruturas de proteção social para a população idosa no Brasil, é necessário compreender que não deve ser esquecido o processo econômico que a sociedade brasileira enfrenta – quadros de pobreza e de uma população que tem ainda um índice alto no quesito linha da pobreza. Dessa forma, oneram-se os cofres públicos, com o elevado montante de idosos na população brasileira, IBGE (2010).

É muito comum, com o avanço da idade, os idosos serem esquecidos, não valorizados, desprezados e locados em espaços propícios de cuidado aos anciões, o que numa atmosfera geral esboça a nossa capacidade efêmera da valorização do “novo”. Esta é uma discussão antropológica que devemos recorrer para conceber o

que de fato a sociedade atual busca como parâmetro de valores, que configuram a cronologia da vida humana, em seu processo de desenvolvimento.

A pesquisa antropológica é rica em exemplos que servem para demonstrar que fases da vida, como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário, o próprio da pesquisa antropológica sobre os períodos da vida é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades. (DEBERT, 1992, p. 9).

No processo do envelhecer, as fronteiras das idades promovem aos indivíduos viver novos desafios. As limitações físicas e biológicas são acrescidas àquelas que a sociedade impõe, através dos preconceitos e dos estereótipos estipulados. Neste contexto, o indivíduo idoso, por sua vez, experimenta um processo de degradação interna, reforçada pelos estereótipos definidos pela classe dominante (BOSI, 1979).

Constrói-se uma relação individual com o envelhecimento, baseada nos fatores culturais que intervêm diretamente na construção do indivíduo, oriunda de um processo de negação ao curso natural e biológico da vida, negando a vitalidade dos idosos, por um preconceito contra o envelhecimento que se fortalece à medida em que os idosos deixam-se influenciar e comportam-se a confirmar tais estereótipos (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

De acordo com Pinheiro (2009), as idéias acima citadas sobre negação no processo do envelhecer dos indivíduos esbarram na efervescência da jovialidade vendida pelos media, tornando o valor da maturidade ao longo da vida, alcançado pelos anos vividos, como um fato negativo.

A velhice que antes era 'aspiração de todos', tornou-se um "medo" para a sociedade contemporânea que vive a "ditadura da juventude", a velhice é negada. "A não aceitação de si, de sua imagem no espelho, o medo da rejeição da sociedade e do tratamento que ela dedica a seus idosos tornam a velhice uma fase indesejada". (PINHEIRO, 2009, p.15).

A partir desta conjuntura, faz-se necessário e imprescindível buscar noções que não promovam a degradação da pessoa idosa, por fatores culturais impostos

pelo sistema. É importante, portanto, assegurar seus direitos e possibilitar uma melhor noção sobre os processos ao envelhecer, para que, através de políticas públicas, seja possível promover melhores condições a este público.

4 SOCIEDADE DA INFORMAMÇÃO E TERCEIRA IDADE

O contexto de sociedade que se vive mudou significativamente a partir da década de 1980. A revolução da informática provocou o uso das tecnologias, o acesso a informática, conseqüentemente o acesso a informação como instrumento de formação promovedor de oportunidades. Com os avanços tecnológicos, a humanidade ganhou possibilidades e aparelhamento para as diversas necessidades domésticas ou da ordem do trabalho.

A informação na sociedade globalizada desempenha nos processos culturais, organizacionais, produtivos, econômicos e políticos a necessidade de situar os acontecimentos nos diferentes planos em relação à comunicação, e promove a conexão dos espaços, gerando diálogo entre os indivíduos.

A informação é de suma importância para o desenvolvimento da cultura humana. Através da mesma, podemos estabelecer, nas relações culturais, diversas formas simbólicas de comunicação.

Para Marteleto (1995), a informação é:

Eminentemente situacional, tornando conotações diferentes de acordo com a posição dos sujeitos nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos, o seu poder maior ou menor sobre os significados e a posse legítima dos meios para absorvê-los e interpretá-los. (MARTELETO, 1995, p. 21).

Entender que a informação faz parte da cultura e a mesma é conceituada por fenômenos que são interligados pela sua própria natureza, e ao mesmo tempo conceber a noção de lugar que este indivíduo esteja inserido, pode legitimar a informação.

A comunicação pode ser desenvolvida por diversas formas. Nesta perspectiva, é possível a comunicação com qualquer indivíduo (parentes, amigos, negócios, etc.), pois o mundo informacional é bem amplo no que se refere a disponibilizar a informação, bem como buscá-la de forma a estar bem informado. Currás define a ideia de entendimento da informação:

Cuando, en las clases, trato de explicar qué se puede entender por información, empieza diciendo que es “todo” y “nada” al mismo

tiempo. Efectivamente, es “todo” por cuanto que por su utilización, mental o físicamente, se puede llegar al conocimiento y de ahí, por ejemplo, tomando su lado más pragmático, a la investigación, ciencia, la sabiduría y La verdad – verdad objetiva, relativa y condicionada - . De este razonamiento se concluye una connotación trascendental de la información, pues, siguiendo en esa línea, de la verdad se llega a la evidencia y a la certeza. Por último, se alcanzaría la sabiduría. También será “todo” cuando se considere su uso en la economía, o en la industria. Por otra parte, cuando se piensa que la información no es “nada”, se hace referencia a sus propiedades, como intangible, abstracta, inagotable, no contaminante y reciclable. No se puede tocar, sin embargo, ahí está. (CURRÁS, 2004, p. 63).

Assim, entendemos que o processo da informação não ocorre de forma esvaziada. Há uma conjuntura que envolve todo seu sentido e sua definição. Na demanda de compreendermos a importância da informação, é importante considerar o espaço informacional, no qual os agentes e os sujeitos da ação pedagógica atuam a partir dos tipos de informações que podem ser valorizadas socialmente (MARTELETO, 1992). Este fato também colabora para desencadear a importância da informação e o que ela, como produto, pode corroborar na vida social, bem como um destaque para as habilidades que a informação pode proporcionar e que são claramente definidas, por termos, por teóricos, além de sua funcionalidade de aplicação.

Os avanços tecnológicos foram considerados nas décadas de 1960 e 1970 como medidas maduras na economia, assim destaca Cassiolato:

Os setores industriais considerados tecnologicamente maduros nos anos 1960 e 1970 foram rejuvenescidos por mudanças tecnológicas radicais e por uma intensificação de formas incrementais de mudança. Ao mesmo tempo, uma ampla gama de novas indústrias emergiu e se tornou a base do rápido desenvolvimento tecnológico e da produção e comércio internacionais. (CASSIOLATO, 1995, p. 166).

A propagação da grande variedade em inovações nos processos econômicos levaram setores industriais a reverem suas produções e ampliar através da tecnologia a ordem estabelecida nestas décadas. Assim, a sociedade teve, com os avanços tecnológicos, que buscar meios possíveis no intuito de considerar tecnologicamente maduros nos anos 1960 e 1970. Foram rejuvenescidos por mudanças tecnológicas radicais e por uma intensificação de formas incrementais de mudança. Ao mesmo tempo, uma ampla gama de novas indústrias emergiu e se

tornou a base do rápido desenvolvimento tecnológico e da produção e de comércio internacionais.

A informação é importante para nos colocar em um mundo não apenas como meros expectadores, mas como participantes ativos do processo da vida cotidiana. Tendo posse da informação certa, é possível gerenciar os próximos passos, afirmar paradigmas, mediar a informação na construção do conhecimento para outras pessoas, bem como suprimi-la, a ponto de coagir e ou de debelar outros indivíduos. Deste modo acontece com o processo educacional brasileiro que, por muito tempo, é apenas um espaço reprodutor do conhecimento e não um espaço da reflexão sobre as informações transmitidas ao longo da formação escolar de cada indivíduo.

A compreensão desta realidade requer uma quebra de paradigma urgente, em que se faz necessário rever o tipo de formação adequada que nossos espaços escolares oferecem. Buscar uma amplitude educacional, que Paulo Freire já apontava em seus ensinamentos, mostra que é possível ofertar demandas e alternativas na formação de pessoas.

Freire (1987) salientara em seus ensinamentos que o diálogo era a vertente a qual as pessoas poderiam chegar a um acordo, aprendizado e compreensão do mundo. Para compreender esta esfera de considerar o diálogo como fonte transgressora e apoteótica de importância singular, pode-se perceber o quanto, para estabelecer a execução das políticas públicas em quaisquer ambientes, é recorrente a necessidade de um estudo anterior que evidencie uma demanda real, na qual o cume seja uma política pública efetivada para tal realidade. Sua aplicação ocorre através, primeiramente, do processo de comunicação, da insatisfação de um determinado fator e/ou da medida cabível a ser resolvida pelas esferas públicas. Dessa forma, o diálogo tem em sua essência uma importância primaz, ao deduzir se é ou não pertinente à realização e ou necessidade geradora de recorrer a pleitos junto aos gestores e/ou às autoridades políticas.

4.1 O IMPACTO SOCIAL DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Compreendemos que por forças das organizações, centros comunitários, associações, forças sindicais e outras expressões do povo, que buscam qualidade

de vida, a discussão sobre o processo informacional dessas categorias, através da comunicação, (informação verdadeira), bem como apropriada, podem, a partir da ferramenta chamada “diálogo”, eclodir no uso das tecnologias da informação que a globalização pré anunciava sobre a interação entre as civilizações.

A globalização, termo que fora amplamente discutido em décadas anteriores, sobre todas as possibilidades que aconteceriam na sua firmação no mundo, nos possibilitou diversas vertentes. O mundo não é apenas um espaço globalizado, mas também é um sítio de evoluções, tais quais: mercadológica, tecnológica e, sobretudo, informacional, sendo que esta última tem um papel primordial na convergência do globo. Conclui-se que quem detém a informação, detém o poder.

O pensamento de Freire (2002), em que todos têm o direito a uma formação digna, através da educação mediados pela leitura de mundo, não apenas por vias do letramento, mas da reflexão a seguir na sua formação enquanto indivíduo participante no mundo. Já, para Piaget (1993), espera-se um papel diferenciado nas relações pedagógicas. Deve-se ter uma postura na construção das representações que o indivíduo compreende como mundo para si próprio.

Numa perspectiva de valorização do ser e compreensão de mundo, é importante que, para que ocorram estas demandas embasadas por estes autores acima, a sociedade seja intercedida por medidas que busquem a valorização do ser, bem como sua participação no mundo como agente transformador. Isso deve ocorrer através das políticas públicas e também da concepção das políticas de informação que são retransmitidas para grande massa populacional, sem critério e parâmetro de respeito.

No mundo contemporâneo, demandas informacionais são constantes. Medidas sobre políticas de informação são necessárias, no que se refere a assegurar a demanda excessiva de informação que se recebe diariamente. A busca pela informação considera três processos: experiência versus a necessidade de informação, procura pela informação e uso e disseminação da informação.

Para entender o processo de informação, recorreremos a Neves (2011). Que em estudos realizados, evoca grandes teóricos para explicar o processo da teoria do processamento da informação. Primeiramente, elucida a questão do processamento da informação que ocorre através da cognição, referindo-se aos novos estudos

sobre neurociência cognitiva e aos objetivos que esperam alcançar sobre esta abordagem.

Observar-se, assim, que há uma evolução emergente em relação aos processos de informação e como refletir na perspectiva das deliberações para uma política informacional. É necessário ponderar/recorrer às políticas públicas que ampliem as demandas informacionais para a massa da população que é desprovida do conhecimento.

Neves (2011) ainda aborda a temática da metacognição que significa, em quatro tópicos, um aporte necessário:

- a) próprio conhecimento em determinada área;
- b) avaliação do que se sabe;
- c) regulação;
- d) organização dos processos cognitivos.

Já para Soares (2007), existem nove passos (movimentos) que a autora chama de perspectiva poética para uma prática da educação transdisciplinar. Dentre estes passos, destacamos três:

- a) movimento n.3 - arte de aprender;
- b) movimento n.4 - diálogo;
- c) movimento n.7 - pedagogia do autoconhecimento.

Fazendo uma correlação com os pontos de conhecimento da metacognição que aborda, é perceptível observar que em ambos os casos há uma singularidade na perspectiva da reflexão do autoconhecimento, como a valorização do ser, pelo diálogo, bem como a definição clara do saber que pode ser aprendido e apreendido.

Para Freire (1982), é necessário que o indivíduo passe por um processo de maturação que possibilite e facilite o mesmo a avançar em suas decisões e participações no mundo. Essa participação não é aleatória, mas mediada pelos fatores sociais que envolvem cada indivíduo e sua construção de universo social, configurando um papel importante no cenário das políticas públicas:

[...] conhecer a realidade em que atua o sistema de forças que enfrenta, para conhecer também o seu 'viável histórico'. Em outras palavras, para conhecer o que se pode ser feito, em um momento dado, pois que se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. (FREIRE, 1982, p. 41).

Nesta perspectiva de um constructo social para garantir melhoria na vida social dos indivíduos, é importante salientar que o seu fazer, sua ação, tem um papel relevante, quando realizado com consciência plena dos atos vindouros, e que podem fazer a diferença na quebra de paradigmas. Santos (2003) aborda a complexidade da ciência e a sua noção do senso comum que interage diretamente com a produção da ciência empírica, bem como que ambas são complementares. Seguindo uma lógica no desvendamento da ciência, é perceptível que, ao longo dos séculos, a mesma fora a mola propulsora e aferimento da ciência. Desta forma, é possível refutar ideias contrárias às verdades estabelecidas como absolutas, já que os paradigmas são dissolvidos ao passo que novas ideias surgem e são merecedoras de apreço da comunidade científica. "A crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições." (SANTOS, 2003, p. 41).

Compreender a noção de valorização do conhecimento, analisar que os fatores sociais são extremamente relevantes na construção da ciência e sua especificidade, seja nas Ciências Sociais, quanto nas Ciências Naturais, ressaltar que há componentes interligados, e que estabelece uma concepção do seu significado externo e ou interno do rigor científico, que alude às diversas formas e expressões de culturas, instrumentos necessários à gênese da vida humana.

Não há conhecimento, nem cultura verdadeira, desprovidos de significação: a compreensão da realidade não é mera relação mecânica entre o signo-coisa. É a interação sujeito-realidade-sujeito que estabelece significados para e no mundo, para e na existência humana, em sua dimensão concreta: política, cultural, econômica. (SOUZA, 2001, p. 93).

Ao sujeito que completa e faz parte da realidade da vida humana, o próprio interage diretamente em todas as suas dimensões, elucidando um sentido na realidade da construção da vida humana. Esta ação interativa do sujeito-realidade-

sujeito ocorre com e através da comunicação. Esta se faz presente em todas as formas de influência mútua, aqui. Deve-se, então, enfatizar o valor científico como aporte no construto social da comunidade científica, destarte a comunicação neste processo é de ordem primordial, ao que se chama de embate científico: nas refutações ou célebres teses escritas para explicar tal teoria A ou teoria X, se através das linguagens, sejam escritas, grifadas, expressadas pela tradição oral, e/ou conceitos expressivos, interativos, convencionais ou não, de caráter comunicativo que se estabelece significado para o mundo.

Segundo Barreto (2005), todos os segmentos sociais são moldados pelo contexto de transformações que impulsionaram a sociedade da informação, como passou a ser denominada. Esta sociedade nos possibilita diversas oportunidades para comunicarmos e interagirmos ao mesmo tempo. Assim, ela - “a comunicação” - passa a ser uma moeda de poder. Quem a possui/detém está nos moldes do poder do conhecimento.

O que caracteriza a comunicação é o diálogo que surge a partir da intenção de comunicar-se, assim como o diálogo é uma expressão comunicativa. A educação, a partir deste conceito, é também comunicação, é também diálogo, com a concepção da não transferência e/ou transmissão do saber. É um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significantes para compreender e entender a realidade existente.

O diálogo não pode existir sem humildade. Designar o mundo, ato pelo qual os homens recriam constantemente este mundo, não pode ser um ato de arrogância. O diálogo, como encontro dos homens que têm por tarefa aprender e atuar rompe-se se as partes – ou uma delas – caráter de humildade. (FREIRE, 1982. p. 393).

Este “diálogo”, como hipótese de valores atribuídos à expressão comunicativa, apenas reforça o pensamento de Neves (2011), que fundamenta as concepções da metacognição para os pares. É necessário se auto-conhecer, avaliar o que se sabe, antes de demandar saberes ou noções equivocadas sobre supostas definições de mundo. Aqui, não cabe uma discussão epistemológica do saber X ou do saber H; se estão corretos ou se são equivocados. Na verdade, se faz necessário uma análise do papel do indivíduo que faz parte do mundo. Este mundo é mediado por intercâmbios de diversas possibilidades comunicativas e, dentre as interações, o

processo comunicativo é sinônimo de troca de experiências válidas para sua existência. Defendemos o diálogo como uma política de comunicação válida a ser considerada pela forma/força que o mesmo tem em resolver os embates, situações políticas meticolosas passíveis de contratempos, conflitos entre nações, territórios, comunidades, grupos, pessoas, relacionamentos, dentre outras possibilidades que o diálogo possa ajudar a desenrolar quaisquer embaraços. Considerar o “diálogo” como uma das vias que se relaciona diretamente para com a política de informação, com o poderio de, através do setor público, evocar qualidade de vida e inclusão de responsabilidade diretamente ligada ao estado, é considerar um contraponto importante através desta ferramenta que apontamos com primaz relevância.

Assim, enfatiza o quanto as políticas de informações são necessárias para o desenvolvimento humano.

A política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia. O nexo da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado [...] (GONZALEZ DE GOMÉZ, 2002, p.27).

Pensar numa política de inclusão em todas as esferas, neste caso, direcionar a inclusão digital sem a premissa do diálogo e explicações sobre a temática, bem como a valorização do indivíduo através desta possibilidade possível de interação tecnológica com o mundo globalizado. A ideia não é condicionar uma arbitrariedade inclusiva que culminará necessariamente em apenas mais um passaporte político. Para Silva et al. (2005), deve-se evidenciar o que seria, então, uma política convincente de inclusão digital e suas prerrogativas para o construto da dimensão na edificação da vida humana.

Na verdade, esse conceito parece apropriado para elucidar a capacidade necessária do indivíduo com relação à informação. Ele traz, desde sua origem, uma aproximação muito nítida com a questão da cidadania e com as habilidades ligadas ao uso da informação em meio eletrônico. (SILVA et al., 2005, p.35).

Desta forma, pensar em inclusão digital é também pensar na possibilidade de incluir socialmente o indivíduo no contexto da era moderna, em que a participação,

através dos meios digitais, possibilita conceder cidadania a todos sem distinção de cor, sexo, raça, faixa etária, situação socioeconômica, bem como não limita onde se possa abranger o acesso das possíveis redes de comunicação digital. Isso porque a conexão pode ser estabelecida no mais longínquo espaço de remoto acesso às grandes metrópoles, configurando uma expressão brasileira do “*Oiapoque ao Chuí*”, termo muito utilizado para definir grandes dimensões de espaços territoriais. Como, na medida em que a ciência avança, os paradigmas são quebrados, assim também são quebradas as barreiras da comunicação através do acesso digital na sua diversidade de interconexão, inter-relação, comunicação, informação e, sobretudo, conhecimento.

Compreender as relações sociais dos indivíduos requer um amadurecimento sobre os diversos tipos de experiências no contexto das relações da vida. Ao pensar no mundo globalizado, na perspectiva da revolução tecnológica e conceber o quanto no decorrer da vida contemporânea as novas tecnologias têm contribuído para o avanço de todos os setores e categorias da vida humana.

A interação da terceira idade para com as novas tecnologias requer um aprofundamento sobre a temática no que tange a inclusão digital de idosos. Nunes e Souza (2006), sua relação com o meio Kachar (2003), possibilidades positivas e negativas Lima (2007) e Garcia (2001), a interface deste idoso que, segundo Kachar (2002), podem ser excluídos socialmente, por não estar incluso neste processo midiático do conhecimento digital.

O computador, que até poucos anos atrás era um instrumento inovador, hoje, junto às suas novas funções, modelos e conexões expressando uma nova metodologia de vida, é um instrumento facilitador das novas linguagens e conteúdos definidos por uma linha específica de conexões.

O que para Kuenzer (1999) era uma trajetória educacional demarcada de funções intelectuais que desempenhariam em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças de trabalho delimitava a divisão técnica e social do labor, aqui é possível perceber que as “novas” tecnologias inclinam para uma formação mais avançada. Isto porque, no contexto virtual, tudo é muito rápido. As conexões são em fragmentos de segundos e, muitas vezes, através das redes sociais, o que é expressado via mecanismos disponibilizados para divulgação. Há repercussão

instantânea e, logo, os continentes perdem suas fronteiras, possibilitando assim, uma maior interação dos usuários que processam estas informações através do mundo virtual. Os mesmos usuários estão enquadrados em vários perfis, então é evidente que a juventude está totalmente a par deste contexto. Para Sé (201-?), “é muito comum associar o avanço das ciências da informação e novas tecnologias aos jovens, por viverem no mundo “*online*, conectados e na *vibe* tecnológica do momento”. No entanto, podemos perceber que o mundo dos conectados se estende a todas as classes e faixas etárias. A autora diz que “o grande avanço do mundo informatizado tem se tornado um grande desafio para todas as fases da vida”. Aqui, abordamos como a terceira idade faz parte deste contexto digital e como, junto às redes sociais de comunicação, este público se relaciona.

A utilização das TICs traz benefícios para pessoas de todas as idades, em especial as idosas que por meios do seu uso, podem ter acesso a novos conhecimentos, atualizar-se com facilidade, manter contato com pessoas, melhorar seu lazer, a criatividade e a autoestima. Promove maior participação social, podendo minimizar a solidão e o isolamento, além de estimular a memória e a concentração. (SILVA, 2007 p.144).

Diante de uma vasta possibilidade de aprimoramento, o avanço que as ciências naturais e humanas concebem à relação da Terceira Idade e à era da informatização, como formas emancipadoras de uma parceria que resulta na crescente expectativa de vida dos idosos em toda a sociedade. Isso faz repensar qual a posição real de cada indivíduo, no contexto da sociedade, cada vez mais diversificada tecnologicamente. Porém, por outro lado, é de extrema relevância considerar positivo como a era da informatização tem ajudado a inclusão digital das pessoas da Terceira Idade, como salienta Silva et al. (2005).

Dado que inclusão digital é parte do fenômeno informação, no contexto da chamada sociedade da informação, pode ser observada pela ótica da ciência da informação. Neste sentido, entende-se, como ponto de partida do conceito de inclusão digital, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (SILVA et al., 2005, p.30).

Num processo de reflexão sobre o uso e avanço que as redes de conexão podem ajudar os idosos na qualidade de vida, é necessário também estar atento às demandas de participação que esta categoria pode alcançar, devido às suas particularidades e os seus limites, dado a idade em que se encontram.

O idoso é capaz de aprender, como também de se adaptar às novas condições e exigências da vida apenas deve ser respeitado o seu ritmo individual que, muitas vezes pode evidenciar-se mais lento do que na juventude, ritmo diferenciado não se identifica com incapacidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Uma reflexão que possibilita pensarmos sobre a ideia de limites da terceira idade na era da informatização são as mudanças e evoluções tecnológicas, as redes de conexões e o volume de constantes informações instantâneas, que chegam como um temporal de dados não depurados por toda a sociedade.

A interferência prática, no que se refere a um ponto de vista filosófico do mundo globalizado que migra para o mundo tecnológico, nos revela a crítica do “todo” dominado pelas tecnologias e evoluções sistematizadas para o consumo diário que, ao mesmo tempo, é um processo que participamos consumindo as redes como se fosse parte da nossa sobrevivência. Esta situação que nos coloca em um lugar de alienação facetada para uma aquisição constante do “kit digital” de sobrevivência que devemos seguir e, assim, a sociedade divide a ideia de colocar todos os indivíduos de todas as idades num mesmo pacote.

Levy (2004) salienta que “codificação digital relega a um segundo plano o tema do material. “[...] Os problemas de composição, de organização, de apresentação, de dispositivos de acesso tendem a libertar-se de suas aderências singulares aos antigos substratos.” Para Levy (1987), a idéia da rede digitalizada e do processo de informatização terá uma influência visceral no cotidiano dos indivíduos.

[...] Eis por que a noção de interface pode ser estendida ao domínio da comunicação como um todo e deve ser pensada hoje em toda sua generalidade.

A codificação digital já é um princípio de interface. Compomos com bits as imagens, textos, sons, agenciamentos nos quais imbricamos nosso pensamento ou nossos sentidos. O suporte da informação torna-se infinitamente leve, móvel, maleável, inquebrável. O digital é

uma matéria, se quisermos, mas uma matéria pronta a suportar todas as metamorfoses, todos os revestimentos, todas as de formações. (LEVY, 2004, p. 63).

Entender como ocorrem as transformações tecnológicas, tais quais as mutações do corpo, ao longo do avançar da vida, possibilita também compreender o que ocorre quando estas duas nuances palpáveis de verificação científica se cruzam, da mesma forma como as redes sociais. A sociedade que vive na lógica de mercado e na necessidade de estar conectada sem uma reflexão mais apurada de como ocorre estas mudanças, necessita refletir sobre idosos *versus* tecnologias.

A conscientização da sociedade e a importância de inclusão dos idosos em todos os espaços sejam eles sociais, políticos, de lazer e econômicos, etc., os insere, promovendo neles o *status* de agentes transformadores e participantes do contexto digital e não de meros expectadores, como aborda Lima (2007). Sobre o direito do idoso, como cidadão, que deve ser amplamente facilitado o seu acesso às “novas” tecnologias da informação, sendo que essas “novas” tecnologias se referem aos caixas eletrônicos, celulares, computadores e, particularmente, à internet.

Esta perspectiva de inserir o idoso e socializá-lo em todos os espaços reflete uma ação de cunho político que aponta como na esfera da democratização da informação, era da informatização e avanços tecnológicos. Logo, faz-se preponderante a viabilidade de inserção de idosos no bojo desse processo tecnológico evolutivo.

Todo cidadão tem, como princípio legal, direitos e deveres. Com o avanço tecnológico, o acesso à internet na esfera política dá poder a todos a questionarem via web políticas públicas que possibilitem a inclusão dos idosos no contexto tecnológico. A internet pode permitir um meio através do qual cidadãos podem se comunicar entre si e com políticos, trocar informações e debater sem impedimentos burocráticos, de forma instantânea e direta.

Por outro lado, tanto Borges (2011) quanto Jambeiro (2012), abordam sobre o acesso por meio da Internet, pleiteando políticas públicas e sinaliza que ainda é muito insipiente. O fato é: com a demanda crescente da população idosa registrada no Censo IBGE (2010), faz-se necessário buscar meios e possibilidades de inserção efetiva desta categoria na sociedade, pois os cofres públicos possivelmente não

suportarão bancar um país com a extensão territorial de um continente, dado que observamos na crise de alguns países da União Europeia, que caíram em desastrosos arranjos econômicos por não equilibrarem a proporção salarial e renda de uma população envelhecida, provocando ônus aos cofres e reservas públicas.

O aspecto a ser destacado aqui é a inserção dos idosos nos espaços tecnologizados com responsabilidade política e de inclusão. Não basta dar acesso sem viabilização para uso, sem conscientização da importância que tem esta inserção no processo da aplicação política nas tecnologias.

4.2 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A TERCEIRA IDADE

*"O provedor de acesso Internet é o responsável por sua conexão à Internet. Ao se tornar assinante de um provedor, você adquire o direito de conectar-se à Internet e usar uma identificação exclusiva, ou endereço eletrônico. Esse código identifica seu computador e também o provedor a quem você está conectado."
(RNP, 1997)*

A atual sociedade (digital) faz uso de muitos meios tecnológicos para resolver problemas simples do cotidiano. A necessidade de conhecer e utilizar estes meios são problemas enfrentados pela terceira idade. Cabe a esta mesma sociedade garantir o acesso ao aprendizado de competências e habilidades que possibilitariam aos idosos aproveitarem as tecnologias da informação e a comunicação disponíveis, dentre elas, a internet.

Sabe-se que um dos acontecimentos marcantes da globalização é o aparecimento da internet como processo de comunicação que, através de uma linguagem universal, consegue compartilhar informações a uma infinidade de indivíduos. Neste capítulo, serão apontadas algumas noções desenvolvidas pela terceira idade, mediante o uso da internet, em suas infinitudes de proporções, a exemplo de Corradi (2007), que conceitua as tecnologias digitais como processo tecnológico e informacional, coadunado com o nosso pensamento, que a partir do uso da internet, possibilita o indivíduo idoso (usuários potenciais) a conseguir desenvolver as competências informacionais.

As tecnologias digitais, em um ambiente projetado no intuito de atender aos princípios do desenho universal, são recursos tecnológicos e informacionais, com protocolos de transferência que garantam a interoperabilidade entre sistemas de informação, além de possibilitar a compatibilidade de softwares e hardwares entre ambientes informacionais digitais e usuários potenciais. (CORRADI, 2007, p.66)

Podemos definir a internet como um conglomerado de redes interligadas numa escala mundial por milhões de computadores, que permitem acesso a inúmeras proporções de informações, por um processo de transferência de dados numa magnitude de diversidade interativa. Para (LEVY, 2004, p. 70.), "[...] a informação dita "on-line" (isto é, diretamente acessível) encontra-se geralmente dividida em pequenos módulos padronizados. O acesso a eles é feito de forma totalmente seletiva".

A ampliação na utilização da internet proporciona, entre seus usuários, uma espécie de linguagem própria, repleta de termos específicos e típicos, que na rede conectada, possibilita interações por diversos recursos, como *blogs*, *wikis*, fóruns, correio eletrônico, serviços de comunicação síncrona (*Msn*, *Skype*, etc.) redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *WhatsApp*), o que na contemporaneidade está à disposição de toda a população e à distância pelo manuseio através de um clique.

A conceito do que seria "rede social" está posto e usado há cerca de mais de um século, e é definida por relações estabelecidas entre elementos de um determinado sistema social. Para Marteleto (2001), a definição de redes sociais contempla a ideia de compartilhamento de valores e interesses, compartilhamento da informação e do conhecimento, promovendo o que a autora chama de fortalecimento da rede.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são uma constante na atualidade do cotidiano dos indivíduos que estão conectados e abrange a todas as gerações. Contudo, e segundo o estudo de Kachar (2010), muitos idosos têm manifestado uma dificuldade enorme em compreender e acompanhar esta nova realidade, sentindo-se imediatamente excluídos e à margem da evolução.

A geração mais nova tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente as mudanças, pois já convive desde

tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens (KACHAR, 2010, p. 135).

De acordo com Garcia (2001), os indivíduos levam algum tempo para conceber em suas vidas as tecnologias, neste caso, pontuamos a Internet.

Esta dimensão coletiva de uso da internet pelos indivíduos idosos que se interligam, partilham, conectam-se e promovem uma mudança no *status quo*, chamado por Kachar (2009) inclusão digital, que promove a inclusão social.

A pessoa idosa pode utilizar as TIC para o desenvolvimento de habilidades e competências apanhadas no transcorrer da vida e para o compartilhamento de conhecimento, suprimindo o tempo/espço de ociosidade por uma nova conexão para com a sociedade. A capacitação de idosos para o uso das TIC deve ocorrer na perspectiva considerando as habilidades e competências, vislumbrando torná-lo um ser crítico e autônomo no processo de construção de conhecimento virtual, visando a sua inclusão digital e social

No entanto, a efemeridade das inovações tecnológicas neste processo de aquisição da comunicação virtual consente à pessoa idosa uma possibilidade de rompimento de paradigma no processo de comunicação intergeracional, promovendo uma maior ligação na quebra de eventuais distâncias físicas (CASTELLS, 2004).

É necessário aos ambientes informacionais digitais operarem nos espaços inclusivos, tendo em vista que as alterações físicas e cognitivas do processo de envelhecimento humano podem dificultar o acesso e o uso das informações. Kachar (2009) sugere como perspectiva da prevenção estimular funções cognitivas em situações específicas de ensino e aprendizagem com pessoas de 45 anos ou mais, no intuito de desenvolver habilidades para uso das tecnologias.

A internet é uma incomensurável biblioteca virtual, é um espaço em que além de pesquisar, pode-se escrever, publicar, trocar informações, produzir em colaboração, gerar, promover e trocar conhecimentos. Este artefato tecnológico possibilita o despertar, bem como motivar inúmeras possibilidades na conexão da

comunicação e socialização da informação que, de acordo com Castells (1999), em seus estudos sobre redes, a relação direta das redes com a sociedade na Era da Informação, define assim “um conjunto de nós interconectados”.

Portanto, para o indivíduo idoso que se depara com estas diversas redes, numa demanda de infinitudes, de possibilidades e de conectividade, faz-se necessário ter cautela no seu processo de aquisição do conhecimento virtual, visto que uma vez emergido no processo tecnológico, será inerente vislumbrar às mudanças estruturais de interação que é apontado por Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005) como artifício no procedimento interativo.

A interação constante ocasiona mudanças estruturais e, em relação às interações em que a troca é a informação, a mudança estrutural que pode ser percebida é a do conhecimento, quanto mais informação trocamos como ambiente que nos cerca, com os atores da nossa rede, maior será nossa bagagem de conhecimento, maior será nosso estoque de informação [...] (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 95).

Nesta conjuntura, quanto mais os indivíduos da terceira idade têm a possibilidade de interagir constantemente, maior será a quantidade de informações vivenciadas pelos mesmos. No entanto, é necessário respeitar o processo natural cognitivo destes sujeitos, pois de acordo a Gerven, Paas e Schmidt (2000), o envelhecimento cognitivo nesta etapa da vida é acarretado pela redução na capacidade de armazenar novas informações. Já, para KACHAR (2006), é necessário buscar estratégias que evidenciem seguir algumas etapas gradativas de aprendizagem, como efetuar frequentes paragens, já que o aprendizado na terceira idade ocorre de forma mais lenta devido à própria ação do envelhecimento, sendo assim respeitado o processo de interação.

Como tem ocorrido o crescimento da população idosa (IBGE, 2010), logo, espaços para esta categoria são uma constante. Políticas públicas que promovam a formação destes indivíduos relativa às tecnologias é também uma medida que visa à qualidade de vida. Sendo assim, este fato possibilita a socialização dos aparatos tecnológicos de modo a naturalizar o acesso à interconexão das redes, através da internet, via redes sociais e artefatos tecnológicos, bem como gerindo aprendizado para este cidadão numa sociedade globalizada pela universalização das tecnologias,

como defende Pasqualotti et al. (2004). Ele defende a valorização da experiência do idoso, através do uso de interação em ambientes de educação permanente na web, em que a pessoa idosa concebe a ideia de assumir o papel de cidadão na sociedade.

4.3 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Este capítulo esboça como a tecnologia da informação e a mediação da informação são necessárias na sociedade contemporânea. Ademais, identifica a informação nas ciências e a tecnologia que fazem parte do processo de mediação, bem como descreve as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sua relação com o desenvolvimento de diversas áreas, especialmente no que se refere à educação.

Um conceito de tecnologia da informação expressa o papel importante na cadeia de valores da informação. A Tecnologia da Informação (TI) também é conceituada como: recursos computacionais (*hardware*, *software*, programas, algoritmos computacionais e serviços relacionados) que procedem de serviços da comunicação, processamento e armazenamento de dados. De acordo com Teixeira e Ponte (2004), é um processo de mutação que não só compreende o ambiente tecnológico, mas também o ambiente técnico.

A TI permeia todos os pontos da cadeia de valor dos aparatos tecnológicos que possibilitam comunicação e informação. TI, portanto, é um termo que engloba todas as formas de tecnologia utilizadas para criar, armazenar, trocar e usar informação em suas várias formas (dados, voz, imagens estáticas e em movimento). A TI está presente em todos os pontos da cadeia de valor das ações voltadas para o processo de aprendizagem e acesso às informações que procedem no que se refere às inovações tecnológicas.

Os processos de informação sofreram transformações e as tecnologias da informação atuam sobre todas as atividades humanas, permitindo o compartilhamento de conexões entre distintas modalidades de domínios. Os elementos e agentes das atividades tecnológicas configuram numa perspectiva dos

processos da informação, bem como também na relação que envolve a atividade humana. Para Castells (2002), o foco de análise é direcionado para a relação indivíduo e tecnologia, possibilitando uma interdependência com vistas a uma aplicação otimizada do potencial organizacional que se refere à tecnologia, conhecimento e administração.

As mutações tecnológicas atingem todas as esferas da sociedade, ocasionando alterações nas diversas formas de comunicação. Castells (2002) aponta a interação entre o conhecimento e informação e sua aplicabilidade, em que são gestados a partir dos mesmos dispositivos para a comunicação da informação. Tais mudanças possibilitam novas modalidades de comunicação que interferem diretamente no tempo e espaço promovendo um avançar significativo para as ferramentas do labor diário.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de retroalimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (CASTELLS, 2002, p. 69).

Ambientes virtuais são desenvolvidos com a evolução das tecnologias, que auxiliam as modalidades de trabalho, bem como processos de cooperação. Desse modo, flexibiliza o tempo/espaço de atividades a serem desempenhadas, informações a serem divulgadas, promovendo uma autonomia no processo de aprendizagem a longas distâncias, através da modalidade virtual.

Compreender a evolução do homem e suas criações permite transmutar através da filosofia, política e sociologia nos contextos oriundos para a produção do conhecimento, e reflete a concepção sobre os processos de comunicação que promovem a informação.

Segundo Brasil (2011), é um dos deveres do estado garantir o acesso à informação. É importante salientar que a informação tem um papel relevante na sociedade quando possibilitada de forma neutra. Para Lévy (2004), nas relações entre os homens e o trabalho, há uma interação permeada pela inteligência, chamada pelo autor de metamorfose incessante de dispositivos informacionais, tais

como: escrita, leitura, visão, audição, criação, etc. Permeada pelo processo de difusão, estes dispositivos possibilitam acesso à informação para sociedade.

Salienta Brasil (2011),

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. (BRASIL, 2011).

Numa perspectiva do valor da informação, saber-se que, quem possui a informação, seja ela em quaisquer esferas, tem o poder. À medida que este conhecimento pode ser manejado para fins próprios e não disseminado de forma transparente, como afirma Brasil (2011), temos a manipulação da informação de forma indevida.

O conceito da palavra “poder” configura-se, ao longo da história, como fatos marcantes de controle social. O link entre a informação e o poder ocorre pela difusão da informação, pelo acesso da informação e pela legalidade ao direito à informação. Dessa forma, é importante ponderar que no bojo dos conceitos sobre poder, ater-se, aqui, ao de cunho sociológico. O poder é um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva, manifesta-se com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos cobiçados e/ou almejados pela manutenção do *status quo* domínio de outrem, através de vontade de fins próprios. Conceber ou divulgar uma “vontade” e avaliar a “capacidade” operacional requer, na esfera do poder, uma demanda de possuir, manipular e manejar a informação. Por isso também se afirma que informação é poder, ou mais que isso, é fator multiplicador e também medida de avaliação do poder (DIZARD, 1982).

A informação, ao longo dos séculos, sempre foi o algoz que, através da política, controlava a economia e mantinha o poder nas mãos de quem a possuía. Esta reflexão sobre o conhecimento *versus* informação cristalizou-se em épocas nas quais, com o avanço das tecnologias, transformações culturais e progresso das possibilidades de comunicação configura-se uma nova ordem mundial. Referente a isso, Lévy (2004) aponta que há uma desconstrução dos simbolismos que as coisas

têm na edificação do pensamento, carregados pelos valores e cultura de determinados lugares ou de modo generalizado à técnica de controle.

Certamente podemos ressaltar a diferença entre as coisas em sua materialidade utilitária e as narrativas, símbolos, estruturas imaginárias e formas de conhecer que as fazem parecer aquilo que elas são aos olhos dos membros das diversas sociedades consideradas. (LÉVY, 2004, p. 8).

O autor considera que os simbolismos, as narrativas divulgadas das diversas formas nas estruturas sociais de comunicação, são apresentados por formas de expressão informacional, em que a cultura carrega em seu cerne a informação como um patrimônio. Assim, entendemos que a cultura nas suas bases iniciais é fonte preponderante de grande valor informativo, evidenciando a informação como o lócus da interação entre as sociedades.

A informação é um patrimônio, um bem que agrega valor e dá sentido às atividades e relações humanas, que fora concedida para a sociedade através de lei. Esta regula a informação e o acesso à mesma. O disposto sobre a lei considera que todos têm direito à informação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. (BRASIL, 2011).

De acordo com o texto acima, é possível ter acesso à informação, pois a mesma é assegurada por lei. Neste caso, na conjuntura da tecnologia, a informação tem o papel social de inclusão digital e similar. Neste sentido, a informação é tão importante que abrange um conjunto de dados pertinentes à interação entre o sujeito e a máquina.

A Informação e a Tecnologia são denominadas por um conjunto das diversas atividades que manifestam interatividade e vinculação com elementos tecnológicos passíveis do uso tecnológico, para promover a informação através dos seus aparatos.

De acordo com Vieira (2001), a informação é uma das principais matérias-primas que o homem possui neste milênio. A informação tem uma importância em todas as atividades humanas, como ferramenta para uso das tecnologias.

Ao mesmo tempo que autores abordam sobre a importância da informação, existe uma forte crítica provocada pelos impactos na sociedade, referentes à questão da legalidade e acesso à informação. As questões locais entendem que será necessário um maior multilateralismo para que o sistema promova acesso a todos. Assim, inevitavelmente surgirão novas formas de organização social, que reivindique o acesso à informação na esfera global. Este acesso pode ser dado através de recursos da computação que visam permitir o acesso à produção, ao condensamento, ao armazenamento, à emissão, à transmissão, ao acesso, ao gerenciamento, à segurança e ao uso das informações.

As TI, de modo geral, são disseminadas através dos meios de comunicação, bem como tecnológicos que influenciam a vida social. Nesta perspectiva, podemos perceber a interação entre o conhecimento no campo da informação tecnológica e os demais campos do saber humano. A linguagem digital trata-se da nova forma de linguagem na era da comunicação, com o surgimento de um novo código. Castells (1999) registra que a Internet foi intensamente “apropriada” pelos indivíduos e organizações com diversos e diferentes objetivos. Para Lévy (2004), as instituições e as máquinas informacionais se entrelaçam no íntimo do sujeito.

Com a evolução tecnológica, as redes de comunicação e seus aparatos promovem uma interatividade comunicativa constante, animadas por fluxos dinâmicos e ativos, através da globalização e avanços tecnológicos. Os efeitos ocasionados na constituição da sociedade informacional têm uma materialidade efêmera, que o homem por conta da ocidentalização da cultura e da exposição demasiada dos media não aprendeu e apreendeu a interagir sobrepondo acima dos outros, o que Durkheim (2004) aponta como uma confusão na relação do poder entre o ser social e a relação com o mundo e, ao mesmo tempo, com a sociedade.

[...] à medida que o homem se eleva acima das coisas para impor-se a elas, para despojá-las de seu caráter fortuito, absurdo, amoral, isto é, na medida em que se torna um ser social. Porque ele não pode escapar da natureza senão criando outro mundo, do qual a domina, e esse mundo é a sociedade. (DURKHEIM, 2004, p. 406).

Para Durkheim, a sociedade contemporânea evidencia uma fragmentação das ideias, e o homem, que é integrante ativo desta sociedade, se sobrepõe a natureza, na busca por dominar os aparatos tecnológicos que possa lhe conceder o poder. Para Silveira (1996), o poder não é apenas um pensamento liberal ou a disseminação da “ideologia do colonialismo”, que serviu como base para as justificativas de conquista e domínio. Nesta premissa, correlacionamos a ideia de poder que as tecnologias exercem sobre a sociedade.

Propiciar educação e possibilitar acesso a todo tipo de informação a todos os cidadãos são deveres do Estado. Este último, deve, ainda, promover o desenvolvimento de sistemas para integrar e ampliar ações, através de políticas públicas que sejam descentralizadoras e possam construir assegurando o efetivo exercício da cidadania para com o paradigma da sociedade da informação.

A batalha no exercício da cidadania é a busca do reconhecimento, o qual se refere à satisfação da sociedade distinguida pelo reconhecimento universal e mútuo, que Fukuyama (1992) aponta como o revelar dos padrões de vida na busca por uma maior condição de igualdade.

[...] à medida que se revelam os padrões de vida, à medida que as populações se tornam cosmopolitas e melhor educadas, e à medida que a sociedade como um todo conquista uma condição de maior igualdade, o povo começa a exigir não apenas mais riquezas, mas reconhecimento de seu status. (FUKUYAMA, 1992, p. 13).

Neste sentido, entende-se que a condição de igualdade é revelada no que tange os padrões de vida das pessoas e seus direitos adquiridos. Os indivíduos pertencentes à qualquer classe social devem ser na esfera do Estado representado.

5 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

5.1 CONCEITOS DE INFORMAÇÃO

A ciência da informação surge da convergência e das necessidades dos diversos ramos e interseções da ciência e da interdisciplinaridade que perpassa o conhecimento. Assim, Saracevic (1996) conceitua:

A ciência da informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas de efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. (SARACEVIC, 1996, p.47).

Na mesma linha de abordagem, Borko (1968, p.3) descreve.

[...] uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através de pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (BORKO, 1968, p.3).

No aparato das diversas definições a respeito da Ciência da Informação (CI), é necessário se ater ao que Le Coadic (1996) define através da ideia de uma ciência social, que tem a preocupação de elucidar um problema social concreto, que seria a informação.

De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, portanto, uma ciência social rigorosa que se apóia em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente:

- a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação;
- e a concepção dos produtos e sistemas que permeiam sua construção, comunicação armazenamento e uso. (LE COADIC, 1996, p. 26).

Outras definições sobre CI, numa esfera mais clássica, delineia esta ciência como um conjunto de processos tendo por objeto a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação (GRIFFITH, 1980). Tal definição é adequada aos campos específicos, que se referem à CI.

Conforme mencionado acima, o campo da CI tem se propagado por vários estudos ligados à disseminação da informação, à prática informacional da recepção e ao uso da informação nos diversos canais de comunicação e dispersão da informação.

Como salienta Griffith, em referência a uma das definições sobre CI, coaduna com a noção descrita por Araújo (2009).

Ao longo de seu desenvolvimento, a Ciência da Informação (CI) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes. (ARAÚJO, 2009, p.193).

Os termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação representam a área, entretanto, manifestam significados distintos, já que se compuseram em tempos e espaços diversos na sua constituição, sedimentação e transformação, como tratado em Ortega (2004).

Já em meados do século XX, o aparecimento da linha predominante estadunidense sobre a CI evidenciou interesses de pesquisadores com uma abordagem a respeito da informação, demarcando, na segunda metade do século XX, os avanços significativos da eletrônica e informática, a exemplo do panorama citado por Le Coadic (1996), da descoberta do transmissor e do desenvolvimento dos primeiros suportes imateriais da informação no ano de 1948.

No campo da CI, uma expressão mais geral define-se na transferência de informação. Neste contexto, o conceito do conjunto de operações envolvidas na difusão da informação, do ponto onde se é gerado a informação, seu manuseio, até a sua utilização, converge na disseminação para propiciar ao indivíduo todo o

contexto de construção da informação com os elementos formais e informais do processo de comunicação.

Barreto (2002) refere-se à informação como instrumento modificador da consciência humana. Segundo esse autor, a informação, quando adequadamente apropriada e disseminada, proporciona conhecimento e transforma o saber internalizado dos indivíduos, promovendo seu bem-estar no convívio e desenvolvimento na sociedade em que vive. Já para Le Coadic (1996), a necessidade da informação permite que as pessoas possam compreender e se envolverem no processo de busca da informação. A informação é, portanto, um elemento de fundamental importância no contexto das práticas sociais. O intercâmbio informacional que os agentes sociais propiciam, através da comunicação, concebe a ideia dos seus direitos, mediante o conhecimento disseminado pelo processo de interação informacional promovido pelo processo de transmissão da informação, que Le Coadic (1996) define dessa forma:

A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (imprensa ou numérica), oral ou audiovisual.
A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 1996, p. 5).

Na sociedade contemporânea, observa-se a representação de um novo contexto sócio-político e econômico, oriundo do fenômeno da globalização, que converge a Sociedade da Informação pela premissa da evolução/revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial da Internet, que é uma constante. A situação brasileira confronta no bojo das transformações mundiais a dimensão da rapidez e complexidade das inovações tecnológicas e institucionais, provocando na economia um processo efusivo de demandas tecnológicas com impacto nos âmbitos sociais, políticos, culturais, educacionais e organizacionais. É importante esta situação que Le Coadic (1996) discorre como atividade social, determinada por condição histórica e socioeconômica.

Numa conjuntura de mudanças globais em todas as esferas, o conhecimento passa a ser um novo paradigma, que permeia a responsabilidade pelo aparato da informação. Para Lévy (2004), pensamento lógico corresponde a um estrato cultural recente, ligado ao alfabeto e ao tipo de aprendizagem (escolar) que corresponde a ele. Neste caso, implica um novo entendimento sobre a noção de conhecimento, e por meio deste, celebra-se a ideia de um paradigma com categorias que promovam a compreensão científica. Para Freire (2002), é importante o processo de reflexão do conhecimento, de como o mesmo ocorre na esfera da compreensão humana.

[...] nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à constituição do saber [...] se o conhecimento científico e a elaboração do pensamento rigoroso não podem prescindir de sua matriz problematizadora, a apreensão deste conhecimento científico e do rigor deste pensamento filosófico não pode prescindir igualmente da problematização que deve ser feita em torno do próprio saber que o educando deve incorporar. (Freire, 2002, p. 54).

Lévy (2004), em conformidade com Freire (2002), aponta que a objetivação da memória separa o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva (LÉVY, 2004, p. 58). Assim, na medida em que o processo de conhecimento através da disseminação da informação é promovido a todos os indivíduos democraticamente, Freire (2002) aponta que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores são demandas que podem ser supridas a partir da aquisição do conhecimento por meio do conjunto cognitivo que envolve todo o processo de situações e compreensões da realidade em que se encontram imersos os sujeitos. Tal pensamento coaduna-se com o que Le Coadic (1996) chama de selo interdisciplinaridade, definindo a CI como uma dosagem sábia de ciências matemáticas e físicas, bem como ciências sociais e humanas.

No bojo das diversas definições que envolvem CI, informação e conhecimento, é importante salientar que estes conceitos inter cruzam-se e possibilitam na natureza singular de cada conceito individualizado, um processo de desenvolvimento evolutivo para o ser humano.

5.2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Mediação da informação é toda ação de intervenção. Os sujeitos tentam satisfazer suas necessidades realizando ações imediatas para obter resultados. A compreensão sobre o que a informação pode se constituir em conhecimento e aprendizagem na mediação aponta para o processo de participação entre as partes (mediador e mediado). Esta reflexão auxilia a construção de novos conhecimentos numa perspectiva da compatibilização direta do ato de mediar, promovendo, desta forma, uma interlocução completa no ato de pensar, refletir e agir.

A mediação se constitui em ações que sofrem interferência direta do mediador. Ela pode ser realizada por um processo consciente ou inconsciente; no que se refere a um *feedback* numa articulação singular ou plural; de modo que atinja o individual ou coletiva, promovendo a apropriação de informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2004). Nesta perspectiva, então, pode-se conceber a mediação como um processo inerente ao compartilhamento dos saberes, um processo essencialmente necessário para a realização do processo do ensino aprendizagem.

Toda informação tem um cunho de informar, transformar e formar indivíduos no seu estado singular e ou no coletivo. Na sociedade, é pela informação que alcançamos e nos apropriamos de conhecimento, que, por sua vez, promove desenvolvimento e criticidade em todas as áreas do saber. Almeida Júnior afirma que a informação sofre na ação uma interferência:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 92).

Assim, é possível conceber a existência de pontos de confluência no que se refere às áreas da Ciência da Informação, Comunicação e a Educação. No bojo de uma interseção quanto à mediação, por meio do processo de construção do conhecimento, aquisição da linguagem, capacidade de apreensão, bem como a própria ação de mediar a informação ou a ação de interferir nos processos outros ora citados. Segundo González de Gomez (1993), caracteriza-se por um conjunto de

ações que, por meio das quais os grupos sociais e as próprias instituições constituem e implementam a comunicação da informação.

A influência mútua no processo de mediação pode ser considerada como um processo de aprendizagem mútua, já que, de ambos os lados, exerce influência no processo de construção do conhecimento, intercâmbio de informações, manuseio da informação e a própria mediação. Assim, promove a construção nas relações sociais e, desta forma, os interlocutores são parte importante do processo do desenvolvimento das práticas do conhecer, saber, refletir e praticar, por meio da mediação, de quem media e é mediado.

Estas considerações sobre mediação da informação sofreram transformações ao longo da história, que possibilitou reflexões acerca do que seria o ato de mediar no cerne da palavra. Considera que a ação de mediar tem um importante papel na reflexão da ação de interceder, interferir, promover, que Paulo Freire já predizia em seus estudos sobre educação. Assim no conjunto das diversas definições sobre o processo de mediação, pode-se apontar a interação do indivíduo com o objeto, como o processo de mediar a aquisição do conhecimento, bem como a exposição da informação, a divulgação da informação, e os frutos que possam surgir da efetivação da ação mediadora. Neste ínterim, o objeto da informação passa a ser um conjunto na construção do sujeito mediado.

[...] um objeto que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido – que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. (FRANÇA, 1994, p. 140).

Considerando que a mediação promove o conhecimento e o *status* do indivíduo em situação de inércia, ela é capaz de mudar partindo do pressuposto da transformação, que é realizada pela ação mediadora. Vygotsky (1978) descreve a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde o mediador atua para ajudar o mediado a avançar em seu processo de desenvolvimento. Para Vygotsky, a compreensão do mundo e o processo de aprendizagem ocorrem nas interações das relações estabelecidas com o outro e com o objeto em estudo. Vygotsky ainda aponta que sem esse processo de interação, dificilmente haverá aprendizagem.

O processo de mediar envolve circunstância do saber e do desenvolvimento humano. Numa concepção mais apurada, é necessário, como salienta Bachelard (1996), o espírito científico que constitui o homem, o qual ao mesmo tempo, apega-se a tudo aquilo que lhe fora conquistado com esforço. No entanto, o autor enfoca que será necessário provar que esta geometrização do conhecimento é um estágio intermediário.

Para Gomes (2010), a mediação tem uma ligação direta com a vida, o que Freire já apontava em seus estudos sobre educação e valor da vida no processo de aprendizagem. Gomes esboça o quanto a experiência humana, na interação social, pode favorecer o processo meditativo nas relações humanas.

Para tratar de mediação, de início, é preciso situá-la como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos. Os seres humanos agem em relação à realidade tomando como referência o significado que atribuem a essa realidade, que é construída nas interações sociais e mediações simbólicas. Entre estas, a mediação lingüística ocupa um lugar central na constituição da experiência humana, porque a linguagem está associada ao viver em comum ou ao conviver. É através da mediação que as expectativas são manifestadas, sustentando as interações sociais. Nesta perspectiva, a linguagem deixa de ser vista como instrumento para se constituir em elemento estruturante das relações humanas. (GOMES, 2010, p. 87).

A lógica das relações humanas está baseada em circunstâncias improváveis, de caráter participativo, no seio familiar, espaços educativos, relações humanas, sociais, econômicas e políticas que interferem diretamente na cultura existente de uma sociedade. Bachelard (1996) define este contexto como uma experiência científica contraditória ao processo da experiência comum, que em seu cerne não é uma experiência construída, segundo o autor, e sim, no máximo, constituída de observações justapostas.

Fazendo um parâmetro das ideias de Paulo Freire, ao constituir observações pertinentes no processo do ensino aprendizagem, é necessário recorrer a alguns dos seus ideais de aprendizagem no processo mediativo, que evoca a revolução na educação. Nesta realidade, o sujeito não é um mero agente do processo de conceber a aprendizagem, porém, é o sujeito quem promove, através da

necessidade de aprender, uma proporção de magnitude mágica em que se dá a mediação entre os indivíduos envolvidos.

O que numa esfera de conceitos é a ideia de aprender mais evidente, Freire (1987) aborda que os indivíduos não aprendem apenas pela transferência dos conhecimentos, e sim pela atividade cognoscível das partes através da substantividade do conteúdo a ser mediado. Gomes (2010) alerta que na experiência construída é que se gera o sentido, afirmando que o ato de mediar tem uma responsabilidade com a sociedade na construção e reconstrução da compreensão.

Na experiência é que o homem tem oportunidade de construir sentido. Em seu contato com o mundo, lida tanto com objetos de dimensão imediata de percepção, quanto com outros objetos de dimensão mediata, a partir dos quais vai construindo e reconstruindo sua compreensão. (GOMES, 2010, p. 88).

Considerando que existe uma subjetividade no processo da aprendizagem, e que os indivíduos são seres subjetivos, a práxis, para Morin (2010), é algo que evoca, provoca e desestabiliza o ser no seu todo. De certa forma, esta liga os parâmetros convergentes da educação que Paulo Freire defende ao esboçar sobre a construção do ser reflexivo, que diretividade da prática educativa não nega a neutralidade da imposição à mesma. Assim, podemos traçar um paralelo da práxis citada por Morin (2010, p. 37): “A práxis permite-nos “produzir” uma síntese. Ela não nos transforma em síntese ambulante. Não existe homem total. Nossas contradições e nossos limites não podem ser suprimidos”. Em uma das suas diversas palestras, na campanha da alfabetização de adultos, Freire proferiu: “[...] Não aceito o reacionarismo e não aceito a subversão, porque aceito a revolução. Revolução Sociológica. Revolução que implica, necessariamente, na mudança da estrutura deste país [...]” (FREIRE, 1994, p. 153).

A conjuntura no processo de aquisição do conhecimento está imbricada de diversas maneiras, que evidenciam a capacidade humana de cognição. O lócus que envolve a transmissão deste conhecimento perpassa pelo tratamento dado a informação que pode ser deduzida ou manuseada por um transmissor e ou mero transmissor; a circunstância social, econômica e política do espaço destinado à aprendizagem ou mera circunstância do aprendizado que não tem determinação de

“lugar algum” para se efetivar o saber e/ou a sua aquisição como enriquecimento na vida.

O lócus da capacidade de aquisição do conhecimento pode ser cultivado pela mediação que deve ser circunstanciada por toda uma gerência do entendimento humano possível. Isto para que na gênese da mediação não haja uma promoção da alienação de verdades absolutas, e sim uma atividade simples com o foco na ação vinculada à vida, ao movimento e ao processo de construção de sentidos, como aborda Gomes (2010).

Se a mediação da informação não ocorre antecipadamente, como afirma Almeida Junior (2004), ela acontece quando o usuário realmente se apropria da mesma. Desta maneira, a informação processada passa ser um acúmulo documental, e se decompõe em informação para o indivíduo.

Nesta premissa, o processo mediativo tem um papel fundamental e interativo como a comunicação que Freire (1987) relaciona com a subjetividade do sujeito ao aprender. Ele afirma que tem que ter sentido neste processo de aprendizagem, como também, para Gomes (2010), é um processo de intersubjetividades:

Portanto, a mediação relaciona-se com a comunicação e se caracteriza como um processo de intersubjetividades, resultante da negociação e da disputa de sentidos, que permite aos sujeitos ultrapassar e interpenetrar esses sentidos e gerar novas significações. A mediação se opõe ao imediatismo, porque demanda o jogo dialético, sem o qual inexistente. (GOMES, 2010, p. 88).

Esta explicação permite compreender o papel importante da mediação e como, no seu desenvolvimento, podemos promover uma interação. A associação da informação para com o esquema preestabelecido gera uma forma de "compreensão" da representação em questão, que é a significação dada ao que fora apreendido e aprendido. É também uma maneira de fazer com que haja uma benéfica da comunicação exercida através da mediação.

Para Almeida Junior (2004), a mediação da informação é realizada por um processo histórico-social. O autor salienta que, no momento em que se consolida o processo mediativo, este não se dá por um recorte de tempo estático e dissociado do entorno. É uma ação antagônica que resulta na relação dos sujeitos com o mundo.

Lopes (2008), em seus estudos sobre Vygotsky, mostra a ideia de interação social e de mediação como pontos centrais do processo educativo. Destacam-se que esses elementos estão relacionados ao processo de construção e constituição desenvolvimento dos sujeitos. Para Freire (1987), é necessário o desenvolvimento do diálogo como princípio básico de uma ação mediadora.

[...] diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não se pode reduzir a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 79).

No processo da interação através do diálogo, respeita-se o tempo e limite do sujeito, e para que haja o desenvolvimento da mediação é necessário compreender o universo desde indivíduo, Na verdade, para Almeida Junior (2004), é fundamental a concepção de um conhecimento construído, de um conhecimento que se constrói individualmente, mas tão-somente na relação, na interação. Já para Morin (2010), o conhecimento deve ser considerado de forma mais ampla do que a visão antropocêntrica, sendo capaz de elucidar os entraves no processo de aquisição da aprendizagem. Neste caso, o mediador exerce o papel importante fazendo a ponte para que o conhecimento esteja presente na vida de um modo geral.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

6.1 DEFININDO O AMBIENTE DA PESQUISA

6.1.1 A Faculdade da Felicidade

Os avanços das ciências e tecnologias têm permitido diagnósticos e tratamentos que prolongam a vida do homem, além de promover uma série de possibilidades que favorecem o viver do indivíduo em processo de envelhecimento de acordo com seus limites biológicos, contribuindo para reversão de patologias ou situações de enfermidades clínicas. O índice de natalidade em decréscimo condiciona o mundo, bem como o Brasil, para um novo cenário demográfico. Nesta conjuntura de desenvolvimento tecnológico, abre-se uma expectativa positiva para o desenvolvimento de novas possibilidades que possam agregar à categoria dos idosos. Tanto para Carvalho (2010), quanto para Vellas (2009), serão necessárias políticas públicas voltadas para este segmento, qualidade nos serviços oferecidos e programas de prevenção das enfermidades que surgem em decorrência da velhice.

Cuidados com a velhice têm sido uma constante em virtude do alto crescimento deste segmento, bem como o desenvolvimento mercadológico para esta categoria. Assim, a ampla variedade de serviços oferecidos para sanar o *déficit* da emergente população idosa possibilita a vasta expansão de espaços destinados e voltados para a terceira idade. Neste ínterim, citamos a instituição Faculdade da Felicidade, que, a exemplo de outras, tem o papel de ofertar ao mercado um espaço que agregue este público com idade igual ou superior a 60 anos.

Para Finato (2003), o surgimento dos espaços para a terceira idade contempla uma necessidade de promoção de lazer que surge como contribuição para a qualidade de vida das pessoas idosas, na perspectiva de combater tanto o isolamento quanto a exclusão social dos mais velhos. A ideia central destes espaços é proporcionar a inclusão do indivíduo idoso, fortalecendo os laços e autoestima desses anciões. Vellas (2009) discorre sobre a importância da criação desses ambientes, que possibilitam a esses indivíduos viverem plenamente na sociedade em que estão inseridos.

De acordo com o IBGE (2010), o estado da Bahia tem cerca de 1.450.009 idosos e, nesse sentido, evidencia-se a necessidade de espaços destinados a estes indivíduos, o que reverbera na criação de ambientes que atendam e possibilitem atividades para esta categoria de sujeitos em processo de envelhecimento. Portanto, surge a Faculdade da Felicidade, idealizada no primeiro momento por uma grande educadora baiana, cujo pensamento visionário propiciou a criação de um espaço voltado especificamente para a pessoa idosa.

A Professora Olga Pereira Mettig buscou, através de observações empíricas em instituições livres de ensino da Terceira Idade, no estado do Paraná, fomentar a ideia da fundação de primeira faculdade Livre da Terceira Idade do Norte e Nordeste, com o intuito de promover a abertura de um espaço para que os indivíduos em processo de envelhecimento pudessem atualizar seus conhecimentos de forma lúdica e prazerosa, sem cobranças métricas estabelecidas pelo ensino formal, possibilitando aos mesmos a construção de um novo projeto de vida.

Neste ínterim, surgiu a Faculdade Livre da Terceira Idade, tendo por coordenadora acadêmica a Profa. Lucinha Palmeira, com pós-graduação e mestrado, além de cursos de aperfeiçoamento intelectual com técnicas para trabalhar com idosos, no campo da gerontologia social. Além disso, detinha um olhar pedagógico e especialista voltado para este público.

A terceira idade no Brasil e no mundo se ampliava; o mercado estava carente de instituições que suprissem a demanda. Com a morte da Profa. Olga Mettig, seria necessário dar continuidade ao projeto, que se intitulou Faculdade da Felicidade, com o *slogan*: “Onde ser feliz é uma conquista da melhor idade”. Foram selecionados vários espaços em outras instituições superiores de ensino para sediar o projeto que visava promover interação do público da terceira idade. Destarte, para este público há uma série de especificidades que circundam os espaços, os quais devem preencher pré-requisitos, como ser um local relativamente plano, sem muita escada, ter um ambiente acessível, dispor de um espaço para dançar, de um auditório e de um laboratório de informática. Tal pensamento converge com o de Dallari (2004), o qual acrescenta que todos os seres humanos devem ter assegurados, desde o nascimento, às condições mínimas imprescindíveis para se tornarem úteis à humanidade, bem como devem ter a possibilidade de lograr os benefícios que a vida em sociedade pôde proporcionar. Neste caso, portanto, a

Faculdade da Terceira Idade se justificava pelo seu princípio e objetivo.

A primeira parceria fora realizada com a Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), que na pessoa de sua diretora geral, Profa. Nádia Vianna, acolheu o projeto. Localizada em Salvador, no bairro do Rio Vermelho, na Rua Vieira Lopes, 02, iniciou os trabalhos no dia 06 de março de 2007, com aula inaugural ministrada pela Dra. Liége Bahia de Araújo, com o tema “É possível ser feliz”, no Quartel de Amaralina. Já em 13 de fevereiro de 2008, ocorreu a transição de espaço para o prédio da Faculdade Social da Bahia (FSBA), situada na Av. Oceânica, 2717, Ondina. Atualmente, a Faculdade da Felicidade funciona no bairro da Barra, na Rua Engenheiro Milton de Oliveira, 176.

De acordo com Dallari (2004), os direitos humanos são considerados fundamentais, porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Coadunando com este pensamento, o objetivo da Instituição Faculdade da Felicidade é possibilitar maior liberdade de ação, ampliação do horizonte no que se refere aos direitos dos idosos, para que as pessoas que estão envelhecendo possam expressar suas potencialidades, tanto no aspecto cultural quanto artístico, resgatando o sentido de dignidade e respeito nas diversas áreas, física, mental e espiritual. Assim se justifica seu funcionamento e o fim a que se propõe esta instituição, que está de acordo com a Política Nacional e com a regulamentação da lei que se refere aos cuidados com o idoso.

A Política Nacional do Idoso (Lei 8842/1994) tem como objetivo assegurar ao idoso seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Reconhece a questão da velhice como prioritária no contexto das políticas sociais e propõe criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer. (BRASIL, 1994).

A proposta mais ampla é desenvolver atividades que melhorem a qualidade de vida, ampliem conhecimentos e contribuam na construção de alternativas de lazer proporcionando ações inter-geracionais. Através da diversidade de atividades propostas pelo espaço, a instituição Faculdade da Felicidade possibilita cursos e palestras que contribuem para o bem estar dos seus participantes, promovendo a longevidade na conquista da vida na maturidade.

- **MISSÃO DA FACULDADE**

Ser referencial na socialização e integração da pessoa idosa, através do desenvolvimento de atividades que melhorem a qualidade de vida, ampliando conhecimentos, contribuindo na construção de alternativas de lazer, e propiciando ações inter-geracionais.

- **VISÃO**

Possibilitar às pessoas que estão envelhecendo um espaço para o exercício da livre expressão de potencialidades artístico-culturais, resgatando o sentido de dignidade e respeito no plano orgânico, mental, emocional e espiritual, possibilitando a descoberta de caminhos que levem ao equilíbrio, a longevidade do ser feliz como uma conquista da melhor idade.

Para incluir pessoas idosas na sociedade, é necessário que lhes sejam dadas garantias de atendimento prioritário, como também condições de utilizar plenamente os ambientes, objetos e serviços necessários à sua existência. Tudo isso com autonomia, independência e segurança. A instituição desenvolve um trabalho profissional, buscando primar pela qualidade na execução das atividades desenvolvidas com o referencial de atendimento e cuidados com a pessoa que está no processo de envelhecimento, ao trabalhar com o incentivo permanente ao conhecimento e às descobertas na área de tecnologia. Nela, são ofertadas aulas de informática para o público com o intuito de promover a interação deste indivíduo com o avanço tecnológico e com as diversas ferramentas informacionais no contexto da Internet, que ajuda na sua comunicação e interação. São medidas e ações inovadoras que têm apresentado resultados entre os alunos, os quais manifestam o interesse de adquirir um computador e outros bens, sendo capazes de evidenciar sua participação e interação nas redes sociais.

A Faculdade da Felicidade é hoje um referencial para os diversos cursos de graduação, pós-graduação e institutos, bem como a sociedade civil, para subsídio a pesquisas. Assim, distante de ser comparada a espaços como asilos, casa de repouso, centros de convivência e hospitais, a Faculdade da Felicidade se propõe a

ser um lugar que possibilite a interação social e que promova qualidade de vida da pessoa idosa.

6.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para elencar os procedimentos de coleta de dados do presente trabalho, que tem no seu escopo desenvolver uma pesquisa quali-quantitativa, utiliza-se a análise de conteúdo. De acordo com Roesch (2009), a análise de conteúdo, busca-se classificar através das frases ou também dos parágrafos em categorias de conteúdo. Neste estudo, com o intuito de compreender melhor o universo da pesquisa, optou-se como procedimento metodológico a adoção de questionários semi-estruturados como instrumento de coleta de dados e a elaboração de tabelas para demonstração dos resultados, que agrupadas à sua apresentação, evidenciam aos principais procedimentos da coleta de dados.

Segundo Gil, (2011), o questionário define-se por técnica de investigação, que é composta por um conjunto de questões submetidas aos indivíduos com a intenção de obter conhecimentos sobre determinadas informações.

Após análise entre referencial teórico e os objetivos a serem alcançados, foi criado o questionário, composto por 19 questões fechadas, como salienta Gil (2011), que os respondentes podem escolher dentre as alternativas apresentadas apenas uma delas.

Posteriormente, concluído o questionário, houve uma reunião e explicação sobre a intenção da pesquisa com a Direção da Faculdade da Felicidade, na qual foi assinado o termo de consentimento da investigação pela Diretora, a Professora Lucinha Palmeira, que autorizou a realização da pesquisa com os idosos matriculados na instituição.

No dia 7 de maio de 2014, foram entregues na Instituição 70 exemplares de questionários para serem respondidos pelos alunos(as) idosos(as). Os questionários foram recolhidos no dia 15 de maio de 2014, apenas 13 exemplares respondidos. Como o universo da amostra era muito pequeno para levantar dados confiáveis, novamente entregou-se a instituição mais 30 questionários no dia 20 maio de 2014. Destes, foi recolhido no dia 22 de maio de 2014 apenas 11 questionários preenchidos. No entanto, essa amostra não era suficiente ainda para alcançar dados

relevantes acerca da investigação. Novamente, foi entregue à Instituição, no dia 28 de maio de 2014, mais 20 exemplares de questionários, sendo que dessa vez foi necessário a permanência do pesquisador durante a aplicação dos questionários, tendo em vista a dificuldade de alguns idosos em responder as questões formuladas. Neste ínterim, conseguiu-se apenas 6 questionários preenchidos. Totalizou 30 questionários, este total possibilitou o desenvolvimento da pesquisa para sua apresentação de dados, bem como análise dos mesmos.

6.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Em relação à faixa etária, de acordo com a Tabela 1, a maioria dos entrevistados se encontra com idade entre 71 a 80 anos, com 40%. A faixa seguinte corresponde a que vai de 81 a 90 aos, com 33,33% dos respondentes. O restante distribui-se em 10%, com idade de 61 a 70 anos, e a menor quantidade de idosos, que é de 6,6% (60).

Tabela 1 – Faixa etária dos idosos

1.		
60	2	6,67%
61-70	3	10,00%
71-80	12	40,00%
81-90	10	33,33%
91-100	3	10,00%
Total	30	100,00%

No que se refere ao gênero, a Tabela 2 mostra que a maioria do público respondente se concentrou no gênero feminino com cerca de 90%, e apenas 10% dos entrevistados são do gênero masculino.

Tabela 2 – Idosos pesquisados por gênero

2.		
F	27	90,00%
M	3	10,00%
Total	30	100,00%

Referente à escolaridade, a Tabela 3 mostra que apresentou-se 46,67% de respondentes com o ensino médio completo. 26,67% com o ensino superior completo. 16,67% dos respondentes têm o ensino fundamental completo. Para os demais campos de respostas referentes a Analfabetos (as): 3,33%; Pós-Graduados: 3,33%, e quem não respondeu: 3,33%.

Tabela 3 – Escolaridade dos idosos pesquisados

3.		
Analfabeto(a)	1	3,33%
Ensino Fundamental	5	16,67%
Ensino Médio	14	46,67%
Superior	8	26,67%
Pós-Graduação	1	3,33%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Quanto ao estado civil dos idosos(as) respondentes, a Tabela 4 mostra que 46,67% são viúvos(as); 20,00% são casados; 16,67% divorciados(as)/separados(as); 16,67% são solteiros(as).

Tabela 4 – Estado civil dos idosos pesquisados

4.		
Casado(a)	6	20,00%
Divorciado(a)/Separado(a)	5	16,67%
Solteiro(a)	5	16,67%
Viúvo(a)	14	46,67%
Total	30	100,00%

A Tabela 5 mostra que 33,33% dos respondentes convivem com os filhos; 23,33% vivem sozinhos(as); 20,00% com os/as cônjuges; 20,00% com outros familiares, e apenas 3,33% não respondem.

Tabela 5 – Convívio familiar dos idosos

5		
Com o(a) Cônjuge	6	20,00%
Com os Filhos	10	33,33%
Com Outros familiares	6	20,00%
Sozinho(a)	7	23,33%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Já a Tabela 5.1 mostra que no convívio de pessoas no mesmo recinto/casa dos respondentes moram com uma média de 6 pessoas.

Tabela 5.1 – Convívio com pessoas na mesma casa

5.1		
1	6	20,00%
2	6	20,00%
3	7	23,33%
4	5	16,67%
7	1	3,33%
Não respondeu	5	16,67%
Total	30	100,00%

No quesito sobre dimensão dos rendimentos, a Tabela 6 mostra que 60,00% está acima de três salários; 23,33% recebem acima de dois salários; 10,00% recebem até um salário mínimo e 6,67% recebem acima de um salário mínimo.

Tabela 6 – Rendimento mensal dos idosos

6.		
Até um Salário mínimo	3	10,00%
Acima de um salário mínimo	2	6,67%
Acima de dois salários	7	23,33%
Acima de três salários	18	60,00%
Total	30	100,00%

Quanto à ocupação dos idosos(as), a Tabela 7 mostra que são 70,00% aposentados; 23,33% pensionistas; 3,33% reformados(as) e 3,33% trabalham por conta própria.

Tabela 7 – Ocupação dos idosos

7.		
Aposentado	21	70,00%
Pensionista	7	23,33%
Reformado(a)	1	3,33%
Trabalha por conta própria	1	3,33%
Total	30	100,00%

De acordo com a Tabela 8, quando questionados (as) sobre o acesso a computadores ligados à internet na sua residência, 63,33% afirmaram que não têm; 33,33% afirmaram que têm computadores ligados a internet, e apenas 3,33% não responderam à alternativa.

Tabela 8 - Acesso residencial à internet

8.		
Não	19	63,33%
Sim	10	33,33%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Quanto à pergunta sobre a utilização do computador, a Tabela 9 demonstra que 63,33% dos entrevistados(as) não sabem manusear; Já 33,33% afirmaram saber utilizar, e apenas 3,33% não responderam a questão.

Tabela 9 – Habilidade para o uso do computador

9.		
Não	19	63,33%
Sim	10	33,33%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Referente à navegação com facilidade na internet, 76,67% afirmaram que não têm facilidade, e 20,00% sabem navegar, ou seja, 6 respondentes sabem navegar com facilidade; e apenas 3,33% não responderam ao quesito 9.

Tabela 10 – Habilidade para navegar na internet

10.		
Não	23	76,67%
Sim	6	20,00%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Quanto à comunicação através do computador para com outras pessoas, a Tabela 11 mostra que 76,67% não conseguem se comunicar; 20,00% afirmam que se comunicam através do computador, e 3,33% não respondeu ao questionamento.

Tabela 11 – Uso do computador para comunicação pessoal

11.		
Não	23	76,67%
Sim	6	20,00%
Não respondeu	1	3,33%
Total	30	100,00%

Quando questionados (as) sobre auxílio de amigos e familiares no processo de dificuldades no uso do computador, a Tabela 12 demonstra que 43,33% nunca

têm ajuda; 20,00% não respondem; 16,67% algumas vezes são ajudados (as); 13,33% poucas vezes contam com ajuda; e apenas 6,67% contam sempre com auxílio no uso do computador.

Tabela 12 - Ajuda no uso do computador

12.

Nunca	13	43,33%
Poucas vezes	4	13,33%
Algumas vezes	5	16,67%
Sempre	2	6,67%
Não respondeu	6	20,00%
Total	30	100,00%

Perguntados (as) sobre a frequência no acesso a informações que necessitam para sua vida cotidiana, a Tabela 13 mostra que 26,67% dos idosos (as) disseram que não acessam; 23,33% disseram que algumas vezes; 20,00% disseram que sempre acessam para se informar; 16,67% disseram poucas vezes; e 13,33% não respondem.

Tabela 13 – Frequência de acesso às informações cotidianas

13.

Nunca	8	26,67%
Algumas vezes	7	23,33%
Poucas vezes	5	16,67%
Sempre	6	20,00%
Não respondeu	4	13,33%
Total	30	100,00%

De acordo com as Tabelas 14 e 14.1, quanto ao acesso a Redes Sociais, 60,00% disseram não acessar, e 40,00% acessam. Dentre as redes sociais, baseado no acesso dos 12 idosos(as), 50,00% acessam o facebook; 50,00% não; 33,33% têm o whatsApp; e 66,67% não tem o aplicativo; 25,00% acessam o YouTube e 75,00% não acessam; 25,00% entram em salas de bate papo e 75,00%

não entram nos espaços reservados a conversas de bate papo; outras redes sociais não definidas são acessados por 16,7%; e 83,3% não buscam outras redes; e 100,00% dos respondentes não acessam o LinkedIn.

Tabela 14 e 14.1 – Acesso às redes sociais

14.		
Sim	12	40,00%
Não	18	60,00%
Total	30	100,00%

14.1.			
Redes Sociais:	Sim	Não	Total
Twitter	8,33%	91,67%	100,00%
LinkedIn	0,00%	100,00%	100,00%
Facebook	50,00%	50,00%	100,00%
YouTube	25,00%	75,00%	100,00%
WhatsApp	33,33%	66,67%	100,00%
Salas de bate papo	25,00%	75,00%	100,00%
Outras.	16,7%	83,3%	100,00%

Na questão correspondente ao aumento do círculo de amizade através da internet, a Tabela 15 mostra que 43,33% responderam que não; 33,33% acreditam que sim, que estar conectado acresce o círculo de amizades; e 23,33% não responderam.

Tabela 15 - Aumento do círculo de amizades através da internet

15.		
Não	13	43,33%
Sim	10	33,33%
Não respondeu	7	23,33%
Total	30	100,00%

Questionados (as) se, na aquisição de habilidades através do uso das tecnologias existentes, é possível obter maior interação para com o convívio social,

60,00% afirmaram que sim; 30,00% disseram que não é possível haver interação referente ao convívio social; e apenas 10,00% não responderam a alternativa.

Tabela 16 - Uso das tecnologias e interação no convívio social

16.

Não	9	30,00%
Sim	18	60,00%
Não respondeu	3	10,00%
Total	30	100,00%

Na questão que aborda se o uso do computador ajuda a manter a memória ativa, a Tabela 17 demonstra que 43,33% dos respondentes acham que não; 36,67% acreditam que sim; e 20,00% não responderam.

Tabela 17 - Uso do computador e memória ativa

17.

Não	13	43,33%
Sim	11	36,67%
Não respondeu	6	20,00%
Total	30	100,00%

Quanto ao uso do computador ter melhorado a capacidade de raciocínio dos idosos (as), a Tabela 18 mostra que 43,33% acham que não melhora; já 40,00% acreditam que sim; e 16,67% não responderam esta questão.

Tabela 18 - Uso do computador e capacidade de raciocínio**18.**

Não	13	43,33%
Sim	12	40,00%
Não respondeu	5	16,67%
Total	30	100,00%

Em relação aos itens que mais interessa na internet aos respondentes, a Tabela 19 mostra que 46,67% não responderam; 26,67% se interessam pelo correio eletrônico (e-mails); 13,33% por notícias (revistas e jornais); 6,67 por sites referentes à terceira idade; e 6,67% responderam outras possibilidades.

Tabela 19 - Serviços e assuntos que mais interessam na internet**19.**

Correio eletrônico (e-mails);	8	26,67%
Notícias (revistas e jornais)	4	13,33%
Outros:	2	6,67%
Sites da Terceira Idade	2	6,67%
Não respondeu	14	46,67%
Total	30	100,00%

6.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando os resultados a partir do primeiro objetivo específico desta pesquisa, percebe-se que a utilização das TIC por parte das pessoas idosas aponta algumas nuances no contexto da inclusão digital. O uso das tecnologias pode ser um ponto considerável, um fator importante no cotidiano das pessoas idosas.

A pesquisa foi realizada em um espaço destinado ao público considerado na terceira idade, com idade igual ou superior a 60 anos. Com média acentuada de 40% dos respondentes com idade na faixa de 71-80 anos, e 33,33% dos

respondentes com idade na faixa entre os 81-90 anos. Verificou-se que a maioria dos respondentes está realmente inclusos na categoria de velhos.

Ao cruzar as informações com a variável sexo, verifica-se que os homens são minoria (10%, aproximadamente) no demonstrativo adquirido na realização da pesquisa, com um total de 90% do público feminino ter respondido ao questionário. Evidencia-se, portanto, a participação feminina muito mais efetiva nos espaços destinados à terceira idade.

Sobre a classificação de escolaridade dos idosos respondentes da pesquisa, percebeu-se que grande parte dos idosos concluiu o ensino médio e na sequência, uma parte não tão expressiva possui o ensino superior, com uma diferenciação nos níveis mais baixos, referente ao ensino fundamental e à pós-graduação. Foi observado que, do universo pesquisado, 46,67% são viúvos, o que mostra uma necessidade subjetiva de preencher o espaço com atividades que não sejam rotineiras da vida que tinham anteriormente, quando tinham um(a) companheiro(a). Um total de 16,67% de solteiras/os e a mesma porcentagem de 16,67% para os divorciadas/os, considerando a solidão como um dos fatores importantes, que reflete na busca por relações humanas. A soma destes dois itens evidencia a procura por espaços que possibilitam interações humanas e sociais. E 20% dos respondentes são casados, e ainda sim, também buscam o espaço da Faculdade da Felicidade para frequentar.

Observa-se que os respondentes, em sua maioria, residem com pessoas. 33,33% vivem com os filhos, 20% com o (a) cônjuge e 20% com outros familiares. Estes dados nos deixa evidente que, à proporção que os indivíduos vão envelhecendo, são carecidos de cuidados específicos. Esta condição culmina na necessidade de companhia constante, seja nas atividades do cotidiano, bem como na moradia, como mostra a Tabela 5.

A análise da evolução do rendimento dos idosos mostra um favorável quadro de crescimento do rendimento médio. Constatou-se que, dos respondentes, 60% têm renda superior a 3 salários mínimos, este é um dado bastante relevante no que se refere à procura por espaços privados para a terceira idade. Outros 23,33% dos idosos que participaram da pesquisa têm renda mensal acima de 2 salários mínimos. Coadunando com o IBGE (2010), que mostra os dados do crescimento

econômico da população brasileira referente a algumas categorias, neste caso a terceira idade.

Quanto à ocupação dos idosos, verificou-se que 70% são aposentados, 23,33% pensionistas, e 3,33% reformados. A soma destes dados, cruzados aos dados da tabela anterior que trata do rendimento mensal. Confirma-se a evidência financeira dos velhos, e mais composição das rendas entre os idosos e os residentes do domicílio, possibilita abrandar as necessidades farmacêuticas e dos mesmos.

Na composição do trabalho referente aos resultados da análise do segundo objetivo específico, é necessário pontuar a relevância que a internet tem na contemporaneidade, sinalizado por Vidotti.

A Internet, [em especial a Web] como uma grande biblioteca [e/ou repositório], ou como um ambiente hipermídia coletivo, no qual os usuários são agentes ativos do processo de armazenamento, indexação, recuperação e disseminação de documentos eletrônicos hipertextuais, um ambiente auto-organizado em permanente mutação. (VIDOTTI, 2001, p.44).

Ao aferir as questões para responder aos objetivos do trabalho proposto, foi necessário compreender o universo dos idosos, através do referencial teórico que possibilitou entender as respostas apresentadas pelos respondentes na pesquisa. Neste ínterim, conceber a idéia de Garcia, (2001), que é fundamental. O autor aborda a ideia sobre a resistência ao "novo".

É natural que as pessoas tenham resistência quando se defrontam com o que é novo. Mas a partir do momento em que se conta com uma orientação, ou seja, uma colaboração de pessoas que dominem essa novidade, a tendência é que adquiram confiança, liberando os bloqueios que existem dentro de si. (GARCIA, 2001, p.33).

Inicialmente, as atividades 'navegar na internet' e 'utilizar o próprio computador' foram analisadas quanto à frequência de uso (diariamente ou pelo menos uma vez por semana). Para o total da amostra, 33,33% faz uso da internet com frequência, no entanto, comparando-se com o resultado obtido quanto a não usabilidade, percebe-se que uma parte considerável dos entrevistados não possui

conexão constante, denotando que, mesmo na contemporaneidade e a grande efusão de acesso à internet, ainda assim, este acesso não é para todos.

Referente à questão do saber utilizar o computador, foi detectado através das respostas uma parcela considerável. Muitos dos idosos da Faculdade da Felicidade não sabem manusear o computador, sendo 63,33% com esta dificuldade. Já, 33,33%, uma margem pequena de idosos sabe manipular o computador. De acordo a Kachar (2003), é necessário inserir o indivíduo idoso na sociedade tecnologicizada. O idoso, portanto, precisa ter acesso à linguagem da informática. A falta de habilidade constante com os computadores não permite o processo de aquisição significativa, o que mostrou neste dado da pesquisa.

No que tange à navegação com facilidade na internet, verificou-se que os usuários não têm muita habilidade em acessá-la. Esse dado coaduna com o pensamento de Goldman:

E o acesso ao mundo virtual pela Internet, ainda restrito às camadas de renda alta e média alta, tende a se ampliar, tornando-se mais uma questão com que os idosos terão que se confrontar. Entendemos ser função das universidades a educação permanente de toda a população, dando um especial atendimento aos idosos, que têm ainda pouca familiaridade com a Informática. (GOLDMAN, 2001. p.17)

Neste sentido, aponta-se que o ingresso na instituição Faculdade da Felicidade proporciona ao idoso um acolhimento que pode propiciar habilidades pertinentes ao objeto da pesquisa, bem como outros desenvolvimentos. No que tange a contar com ajuda de amigos e familiares nas dificuldades com o uso do computador, percebeu-se que uma porcentagem de 43,33% nunca pode contar com esta ajuda, o que explica a procura pela disciplina Informática, na instituição. Alguns dos respondentes sinalizaram que poucas e algumas vezes podem contar com esta ajuda de amigos e ou parentes, com uma margem muito próxima nas duas respostas, e apenas 6,67% disseram que podem contar com ajuda, coadunando com a ideia de Cerri (2007), sobre a relação geracional no uso do computador.

No âmbito social, vemos que um dos grandes abismos entre os jovens e os idosos é a informática, que em função da velocidade dos

acontecimentos muitas vezes pode ser um fator de exclusão social e angústia para o idoso. (CERRI, 2007, p. 210).

Quando aferidos sobre a frequência de acesso a informações das necessidades do cotidiano dos idosos (notícias, farmácias de plantão, etc.), foi evidenciado que o acesso a informações não teria muita relevância como uma necessidade pertinente à vida cotidiana. A média encontrada na Tabela 22 teve uma variação muito pequena entre as questões: nunca, algumas vezes, poucas vezes e sempre. Este 'não interesse' sobre a busca de informações através dos meios tecnológicos, evidencia que os aparatos tecnológicos não têm tanta influência no cotidiano dos idosos.

Referente ao acesso à internet, a pesquisa apontou que 60% dos entrevistados não têm acesso, em contraponto à 40% com acesso às redes sociais. Para Tezza e Bonia (2010), a interação tende a ser diferenciada no acesso à internet pelos idosos, já que os mesmos possuem, além das limitações provenientes do envelhecimento, interesses outros ou modos de contemplar o acesso a internet, por conta da sua condição e prioridade, bem como suas histórias de vida.

De acordo com Capra (2002, p. 267), "[...] na era da informação – na qual vivemos – as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes". Referente ao quesito que se questionou sobre as redes sociais mais acessadas na internet, o *Facebook* tem a maior proporção, alcançando a margem de 20%; em seguida o aplicativo *WhatsApp*, com 13%; logo após o *YouTube* e as salas de bate papo com a mesma menção de acesso, com o dado de 105, cada. Deste modo, evidencia que os *apps* mais acessados pelos idosos estão vinculados ao interesse de comunicação.

Quando questionados sobre o aumento do círculo de amizades através da internet, 43,33% disseram que não, 33,33% afirmaram que sim; e 23,33 não responderam. Bosi, (1979) salienta que a vida é um marco intenso no que se refere à época vivida, neste caso representado aqui por 43,33% de indivíduos idosos que não consideram a internet uma ferramenta eficaz de conectividade para estreitar laços importantes, tais como círculos de amigos.

É notório que, na contemporaneidade, a internet é uma dos artefatos/aparatos que transcendem o surreal ao real possível, dado a comunicação instantânea que

ela possibilita. Deste modo, categorias dos diversos tipos de usuários da internet, consigam aproximar, comunicar-se, conectar-se, avançar, dentre outras possibilidades da internet. Inquiridos sobre se a aquisição de habilidades na utilização das tecnologias existentes possibilitaria obter uma interação maior no convívio social, grande maioria dos entrevistados afirmou que sim, contrapondo apenas 30% que não acreditam neste conceito; e apenas 10% não responderam a esta questão.

Questionados sobre se o uso do computador ajuda a manter a memória ativa, constatou-se que 43,33% responderam que não mantêm a memória ativada. Já 36,67% dos idosos acreditam que o uso do computador tem influência direta na ativação da memória, coadunando com Silva (2007), que afirma que as TIC trazem benefícios aos idosos, e estimulam a memória, bem como a concentração. Apenas 20% não responderam a este questionamento.

Inquiridos sobre se o uso do computador tem melhorado a capacidade de raciocínio, 43,33% disseram que não melhora. Este dado aferido na pesquisa contrapõe Silva, (2007) que afirma que o uso do computador através dos aparatos da internet, como e-mail (correio eletrônico: favorece o contato com outros indivíduos, estimula a organização dos pensamentos, favorece o pensamento lógico e o raciocínio); que o Chat (salas de bate papo: possibilita contato com pessoas de diversas culturas, bem como estimula a organização dos pensamentos e do raciocínio). Já 40% dos respondentes afirmaram ter sua capacidade de raciocínio melhorada, o que valida a opinião de Silva (2007); e apenas 16,67% não responderam esta questão.

Referente aos itens na internet/web que mais se interessam, os idosos pontuaram que o e-mail (correio eletrônico) tem certa importância, com 26,67%, reafirmando o conceito apresentado por Silva (2007). Já 13,33% consideram que os serviços e assuntos relacionados às notícias através das revistas e jornais na web são de seus interesses. Já os 'sites da terceira idade' são buscados por 6,67% dos idosos, bem como o item 'outros assuntos', que também são buscados apenas por 6,67% dos respondentes. Um total de 46,67% não responderam a este questionamento, este último dado coaduna com o pensamento de Garcia, (2001) que fala como a experiência com o "novo" pode ser assustadora e ocasionar uma distância entre a internet e o indivíduo. A internet pode ser denominada como um

novo aparato na vida de indivíduos idosos, que estão aos poucos quebrando paradigmas ao se inserirem em espaços da terceira idade que possuam novas possibilidades de interação social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da presente dissertação, constatou-se que os indivíduos são levados a lidar com desafios inerentes ao ato de envelhecer. Apesar de inúmeras teorias biológicas e psicológicas se dedicarem ao estudo do processo de envelhecimento humano, bem como das repercussões deste nas relações sociais, não há um conceito homogêneo sobre o idoso. Para a consecução dos objetivos aqui propostos, buscou-se verificar, em um primeiro momento, se há interação de indivíduos idosos para com as inovações tecnológicas, haja vista que aqueles são compelidos a lidar com as vicissitudes da era digital. Em seguida, analisar como ocorre a interação da terceira idade com as tecnologias.

O interesse científico sobre o tema evidencia-se com o aumento da população idosa. Assim, faz-se necessária a inserção destes indivíduos na sociedade da informação, a fim de promover a superação das atuais fronteiras do conhecimento tecnológico e para que este contingente de pessoas torne-se apto para o desenvolvimento do aprendizado na *web*. Isso requer um processo inclusivo que a pesquisa expõe e a importância da sociabilidade dos indivíduos na terceira idade em espaços próprios.

Todavia, evidenciou-se que as limitações físicas, psicológicas e sociais das pessoas idosas somam-se àquelas que a sociedade baliza, como os preconceitos e os estereótipos. No Brasil, as perdas sociais são somadas aos resultados das carências vivenciadas pelo processo de envelhecimento da população. Entretanto, o ancião é considerado um ser inútil, improdutivo e que não possui capacidade de buscar por novos conhecimentos e oportunidades.

Por outro lado, a investigação identificou que a teoria aborda temáticas correlacionadas à pesquisa, tais como inclusão digital, inclusão de indivíduos idosos nos espaços cibernéticos, competência informacional, terceira idade e tecnologias. O referencial teórico demonstrou a relevância sobre a temática. Destarte, a investigação contrapõe a indagação inicial deste trabalho que pretendia comprovar a existência de interação dos idosos face às tecnologias.

A análise dos dados revelou que, na efêmera contingência das inovações tecnológicas, nem todos os indivíduos estão imersos na era digital. A partir dos dados coletados, e de acordo com o referencial teórico, a interação com as

tecnologias promove, no indivíduo idoso, o desenvolvimento de capacidades neurológicas, a exemplo de ativação da memória, estimulação e organização dos pensamentos e do raciocínio.

No que tange às indagações referentes à problemática que norteou a pesquisa, e que visava aferir a existência de interação dos idosos com as tecnologias, constatou-se que, de fato, há interação entre indivíduos e as tecnologias. No entanto, os dados evidenciaram uma porcentagem não relevante às expectativas iniciais.

Dito isso, as tecnologias influenciam sobremaneira o cotidiano dos indivíduos idosos. A partir dos dados levantados nesta investigação, verificou-se que a veemência dos aparatos tecnológicos afeta diretamente a vida dos indivíduos idosos, numa escala de tempo-ação mais lenta, no que se refere à assimilação do saber tecnológico.

É indiscutível que o acesso à educação tecnológica pelos idosos necessita da devida atenção do Poder Público, que possa promover políticas públicas que envolva a educação dos indivíduos idosos com alfabetização digital para estes que são excluídos tecnologicamente da sociedade. Dos dados coletados, não se identificou um número expressivo dos respondentes idosos que interagissem constantemente com os aparatos tecnológicos. Ainda assim, neste processo, nota-se que, mesmo na baixa adesão, havia um processo de interatividade.

A inclusão dos idosos à educação tecnológica é ferramenta eficaz para subjugar os desafios impelidos pela idade e pela sociedade, propiciando-lhes o aprendizado de novos conhecimentos e oportunidades para atingir o bem-estar físico e emocional. E, para minimizar os efeitos peculiares ao processo de envelhecimento, deve-se investir em políticas públicas de inclusão tecnológica, a exemplo da criação de estabelecimentos voltados especificamente para pessoas idosas.

Os programas da Terceira Idade, como o da “Faculdade da Felicidade”, são espaços importantes para a socialização destes indivíduos. No entanto, além de estes espaços serem utilizados para desenvolver habilidades de convívio social, dentre elas a interação tecnológica, é necessário pontuar que o desenvolvimento

interativo depende muito mais do próprio indivíduo que da estrutura do projeto proposto.

Em suma, a participação dos idosos nestes espaços que lhes são apropriados promove uma sociabilidade positiva. Neste contexto, na “Faculdade da Felicidade”, foi detectado que a interação com o mundo tecnológico ainda ocorre em pequena escala. Acredita-se, no entanto, que um processo gradativo de descobertas possibilitará a ampliação da interação com o mundo cibernético, que trará ao longo do tempo uma melhoria na qualidade de vida dos idosos conectados.

Dessa forma, chegou-se à conclusão de que as tecnologias são importantes na vida de todos os indivíduos, especialmente dos idosos. Em contrapartida, a fim de desenvolver a interação entre indivíduos idosos e inovações tecnológicas, e para que seja satisfatório o processo de aquisição do conhecimento tecnológico, necessita-se a criação e a disseminação de espaços criados especificamente para os anseios dos atores anciãos. Com isso, o fenômeno da tecnologia trará, efetivamente, sentido à vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Ágora informacional. **Ciencias de la Información**, Habana, v. 29, n. 4, out./dic. 1998.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: ENCuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), 7., 2006, Marília, SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2006. (CD-ROM).

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública: avaliação de serviço**. Londrina: UEL, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação. In: FADEL, B. (Org.). **A informação nas organizações sociais: desafios em face de multiplicidade de enfoques**. Marília: FUNDEPE, 2004. (CD-ROM).

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediación e información. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en el entorno digital**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2007. p. 27-35.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Orgs.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

ALYRIO, R.D. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: PPGEN/UFRJ, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.192-204, set./dez. 2009.

ASSIS, M. de. Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos. **Revista APS**, v.8, n.1, p. 15-24, jan./jun. 2005.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996

BALTES, P. B. Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. **Developmental Psychology**, v. 23 n. 5, p. 611-626, 1987.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BARRETO, A. M. O fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.166-177, jul./dez. 2005.

BEAUVOIR, S. **A velhice**: realidade incômoda. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. (2011). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo. T. A. Queiroz, 1979.

BRASIL. Decreto n.º 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, sancionada em 4 de janeiro de 1994, a qual “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul.1996.

BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, sancionada em 4 de janeiro de 1994, a qual “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jul.1996.

BRASIL. Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm> Acesso em 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6755.htm> Acesso em: 26 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 26 maio 2014.

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 30 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm> Acesso em 26 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 26 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Plano de ação integrada para o desenvolvimento da política nacional do idoso**. Brasília, DF, 1996b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília, DF, 2010.

CACHIONI, Meire. Quem educa o idoso: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, A. A. de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil**: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1528.pdf> Acesso em: jun. 2012.

CASSIOLATO, J. E. **A Economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas**. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995. p. 164-190. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/saritalivro711.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2014.

CASTELLS, M. **A galáxia internet**: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERRI, A. de S. Qualidade de vida na velhice frente ao avanço tecnológico. In: VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e novas tecnologias**. Campinas: IPES Editorial, 2007. p. 207-213.

CORIN, E. Définisseurs culturels entre pères individuels: le rapport au corps chez les personnes âgées. **International Journal of Psychology**, n.20, p.471-500, 1985.

CORRADI, J. A. M. **Ambientes informacionais digitais e usuários surdos: questões de acessibilidade**. 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

CURRÁS, E. Informacionismo: teorías neuronales de Información, **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.14, n. 2, 2004.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, G. G. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre experiência de envelhecimento. **BIB**, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, ANPOCS, n. 33, 1992.

DECLARACIÓN de Brasília. In: SEGUNDA CONFERENCIA REGIONAL INTERGUBERNAMENTAL SOBRE ENVEJECIMIENTO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: HACIA UNA SOCIEDAD PARA TODAS LAS EDADES Y DE PROTECCIÓN SOCIAL BASADA EN DERECHOS. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/2/28632/2007-993-DSC_esp.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

DIZARD, W. P. **The coming information age**. New York: Longman, 1982.

DOWBOR, L. **Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação**. 2001. Disponível em: <<http://dowbor.org/tecnconhec.asp>> Acesso em: 06 jul. 2011. Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/acervo/pforum/evve1.htm>> Acesso em: 10 jul. 2011.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERRARI, M. A. C. Lazer e ocupação do tempo livre na terceira Idade. In: NETTO, M. P. (Org.). **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 1996.

FILGUEIRAS, M. Forte consumo na terceira idade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 maio, 2006. Notícias Financeiras.

FINATO, M. S. S. **A universidade aberta à terceira idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP, 2003.

- FRANÇA, V. R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 138-152, jul./dez. 1994.
- FREIRE, P. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação: diálogos**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GARCIA, H. D. **A terceira idade e a internet**. Marília, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- GERVEN, P. W. M. V; PAAS, F. G. W. C.; SCHMIDT, H. G. Cognitive load theory and the acquisition of complex cognitive skills in the elderly: towards an integrative framework. **Educational Gerontology**, Philadelphia, v. 26, n. 6, p. 503-521, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOLDMAN, S. N. Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 2001. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282001000100002&lng=pt&nrm=iss&tlng=pt> Acesso em 15 jul. 2014.
- GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, DF, v.3, n.1, p. 85-99, jan./dez. 2010.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v.22, n.3, p.217-222, set./dez. 1993.
- GONZALEZ DE GOMÉZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- GRIFFITH, B. C. (Ed). **Key papers in information science**. New York: Knowledge Industry, 1980.

GUIMARÃES, G. T. D. (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em Perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

IBGE. **Censo demográfico, 2000**: características gerais da população, resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro, 2002. (Estudos & Pesquisas, 9)

IBGE. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período de 1980-2050**: revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Estudos & Pesquisas, 24)

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2003**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/13042004sintese2003.pdf>> Acesso em 26 maio 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Financiamento da Descentralização dos Serviços**. Brasília, DF, 1991. (Documentos de Política, n. 3)

IRIGARAY, T. Q. Envelhecendo e aprendendo. In: CASTRO, O. P. de. (Org.). **Envelhecer**: revisitando o corpo. Sapucaia do Sul, RS: Notadez, 2004, p. 55-67.
KACHAR, V. **A terceira idade e a exploração do espaço virtual da internet**. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Orgs.). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida**. São Paulo: Vetor; 2006. p 131 - 148.

JAMBEIRO, O. Inclusão, participação social e competências infocomunicacionais. In: BORGES, J. JAMBEIRO, O. **Livro de memória do Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.17-24.

KACHAR, V. A terceira idade e a inclusão digital. **Revista O Mundo da Saúde**, v. 26, n. 3, p. 376-381. 2002.

KACHAR, V. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 131-147, nov. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/5371/3851>> Acesso em: 27 maio 2014.

KACHAR, V. Inclusão digital e terceira idade. In: BARROSO, A. E. S. (Coord.). **Novas necessidades de Aprendizagem**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social/ Fundação Padre Anchieta. 2009.

KACHAR, V. **Terceira idade e informática**: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

KALACHE, A. Future prospects for geriatric medicine in developing countries. In: TALLIS, R. C.; FILLIT, H. M.; BLOCKLEHURST, J. C. (Eds). **Blocklehurst's Textbook of Geriatric Medicine and Gerontology**. 5th ed. London: Churchill Livingstone, 1998. p. 1513-1520.

KUENZER, A. **A formação dos professores da educação**: proposta de diretrizes curriculares. (s.n.t), 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 2004.

LIMA, A. B.; MATIAS, M.C.M. Considerações acerca das Contribuições Teórico- Metodológicas do Construcionismo Social para Estudos e Intervenções em Saúde do Trabalhador. **Athena Digital**, n 17, p.241-253, 2010.

LIMA, M. P. (2007) **O idoso aprendiz**. Divulgação eletrônica do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/acervo/pforum/evve1.htm>> Acesso em: 10 jul. 2011.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. 2001, 317f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

LIMA-COSTA, M. F. F. et al. Desigualdade social e saúde entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 19, p. 745-756, 2003.

LISITA, B. **Trabalho na terceira idade**. 2013. Artigo publicado no site Senioridade. Disponível em: <<http://www.senioridade.com.br/trabalho-na-terceira-idade/>> Acesso em: 20 jan. 2014.

LOPES, R. C. S. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2013.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995a.

MARTELETO, R. M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995b.

MARTELETO, R. M. **Educação e campo social**: discursos e práticas de informação. 1992. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MARTINS, R. B.; LIBÂNIO, J. C. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/IPEA, 2003.

MASORO, E. J. **Challenges of biological aging**. Nova York: Springer, 1999.

MENDES, M. R. S. S. B. et al. **A situação social do idoso no Brasil**: uma breve consideração. **Acta Paul. Enferm.**, v. 18, n. 4, p. 422-6, 2005.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MORAN, J. M. Internet no ensino universitário: pesquisa e comunicação na sala de aula. **Revista Interface**, Botucatu, SP, v. 2, n. 3, p. 125-130, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista3/debates3.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

MORIN, E. **Em busca dos fundamentos perdidos**: textos sobre o marxismo. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NEVES, D. A. de B. **Metacognição e conhecimento**: pensando em como pensar. Recife: Néctar, 2011.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, F. S. **Aprendizagem por idosos na utilização da Internet**. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, R. C. S. Docência para a terceira idade. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-32, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1359/1003>> Acesso em: 07 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção de doenças crônicas**: um investimento vital. Brasília, DF: OPAS/Public Health Agency of Canadá, 2005.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. La renovación de la atención primaria de salud en las Américas: documento de posición de la Organización Panamericana de la Salud. Washington, 2007.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n.5, out. 2004

PAQUALOTTI, A. et al. Experimentação de ambientes informatizados para pessoas idosas: avaliação da qualidade de vida. WORKSHOP DE COMPUTAÇÃO DA REGIÃO SUL., 1., Florianópolis, 2004. **Anais...** Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/237794655_Experimentao_de_ambientes_informatizados_para_pessoas_idosas_avaliao_da_qualidade_de_vida> Acesso em: 27 maio 2014.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**: sabedoria e ilusões da filosofia, problemas de psicologia genética. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 296 p.

PINHEIRO, G. A. D. **Educação e envelhecimento**: atividade intelectual na terceira idade. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2009.

PINHO, J. A. G. de (Org.). **Estado sociedade e interações digitais**: expectativas democráticas. Salvador: EDUFBA, 2012.

POPULARIZAÇÃO da internet: introdução ao uso de correio eletrônico e web. Rede Nacional de Pesquisa (RNP), Instituto Tamis, 1997. Documento n° 0186. Disponível em: <http://www.rnp.br/_arquivo/documentos/ref0186.pdf> Acesso em: 28 maio 2014.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos. São Paulo: Atlas, 2009

SALGADO, M. A. Conceituação de velhice. **Terceira Idade**, São Paulo, v. 6, n. 11, mar. 1996.

SALGADO, M. A. **Velhice**: uma nova questão social. São Paulo: SESC/CETI, 1980.

SALGADO, M. A. Envelhecimento, um desafio para a sociedade. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, 1988.

SANTOS, L. A. **Tecnologias de informação e comunicação: o e-mail redimensionando as relações sociais de idosos.** São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2005.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador.** Campinas, SP: Alínea, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SÉ, E. V.G. **Inclusão digital traz benefícios em qualquer faixa etária.** [201-?]. Artigo publicado no *site* Vya Estelar. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vyaestelar/inclusao_digital.htm> Acesso em: 26 maio 2014.

SILVA, H. et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, S. Inclusão digital para pessoas da terceira idade. **Dialogia**, São Paulo, v. 6, p.139-148, 2007.

SILVEIRA, H. **Desenvolvimento regional no limiar do século XXI.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1996.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOARES, N. S. **Educação transdisciplinar e arte de aprender.** Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, A. I. (Org.). **Paulo Freire: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation.** New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980.

STUART-HAMILTON, I. **A psicologia do envelhecimento: uma introdução.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

TEIXEIRA, F. J., PONTE, V. M. R. Alinhamento estratégico: estudo comparativo das percepções dos executivos de negócios e de TI. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 28., Curitiba, 2004. **Anais...**, Curitiba, PR, 2004.

TEZZA, R.; BONIA, A. C. O idoso e a internet: uma etnografia sobre interação e aprendizagem. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 185-197, jan./abr. 2010.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. **Das redes sociais à inovação.** **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

TOMITCH, L. M. B. A Metodologia da pesquisa em leitura: das perguntas de compreensão à ressonância magnética funcional. In: TOMITCH, L. M. B.(Ed.). **Aspectos cognitivos e instrucionais da leitura**. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

TOMITCH, L. M. B. **Reading**: text organization perception and working memory capacity. Florianópolis, SC: PGI/UFSC, 2003. (Série ARES)

TOZZATTI, J. **Último censo do IBGE mostra que cerca de 30% dos brasileiros na faixa da 3ª idade está em plena atividade**. 2011. Disponível em: <http://www.portalterceiraidade.org.br/horizontais/noticias_cidadao/anteriores/anterior0244.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UCHÔA, E.; FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F. F. Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural. In: MINAYO, M. C. S. ; COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 25-35.

VELLAS, P. **As Oportunidades na terceira idade**. Maringá, PR: Eduem, 2009.

VIDOTTI, S. A. B. G. **O ambiente hipermídia no processo de ensino-aprendizagem**. 2001. 126f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

VIEIRA, E. F. **Geoestrategia de los espacios económicos**: el lugar-global y el lugar-local y la gestión del territorio en el sitio portuario-retroportuario de Rio Grande. Tesis (Doctorado) - Facultad de Historia y Letras, Universidad del Salvador, Buenos Aires, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **Mind in society**. Edited by M.Cole, V. John-Steiner, S. Scribner, E. Souberman. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

WEBER, M. **Classe, estamento, partido**. In: ENSAIOS de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

ZIMERMAN G. I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Questionário para Levantamento de Dados.

Instituição Faculdade da Felicidade

Espaço de interação da 3^o Idade.

Este instrumento de coleta de dados foi elaborado para levantamento de informações, para o trabalho de pesquisa do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, intitulado “**A INTERAÇÃO DA TERCEIRA IDADE COM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**”, cujo objetivo é identificar e analisar a relação desta categoria de indivíduos com a utilização da tecnologia e o processo cognitivo relacionado a essa utilização.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

1. IDADE: _____

2. SEXO: () F () M

3. ESCOLARIDADE:

() Analfabeto(a)

() 1^o. Grau

() 2^o. Grau

() Superior

Pós-Graduação

4. ESTADO CIVIL:

Solteiro(a)

Casado(a)

Divorciado(a)/Separado(a)

Viúvo(a)

5. CONVIVÊNCIA:

Com quem você vive?

Sozinho(a)

Com o(a) cônjuge

Com os filhos

Com outros familiares

5.1 Convive com quantas pessoas na mesma casa? _____

6. RENDIMENTO MENSAL:

Até um salário mínimo

Acima de um salário mínimo

Acima de dois salários

Acima de três salários

7. OCUPAÇÃO:

Trabalha por conta própria

Reformado(a)

Trabalha em Setor Público

Trabalha em Setor Privado

Aposentado

Pensionista

8. VOCÊ TEM ACESSO A UM COMPUTADOR LIGADO À INTERNET EM SUA CASA?

Sim Não

9. VOCÊ SABE UTILIZAR O COMPUTADOR?

Sim Não

10. VOCÊ SABE NAVEGAR COM FACILIDADE NA INTERNET?

Sim Não

11. VOCÊ UTILIZA O COMPUTADOR PARA SE COMUNICAR COM OUTRAS PESSOAS?

Sim Não

12. VOCÊ CONTA COM A AJUDA DE AMIGOS E FAMILIARES QUANDO TEM DIFICULDADES COM O USO DO COMPUTADOR?

Nunca

Poucas vezes

Algumas vezes

Sempre

13. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ ACESSA INFORMAÇÕES DE QUE PRECISA NO SEU DIA-A-DIA? (ex: notícias, farmácias de plantão, etc.)

Nunca

Poucas vezes

Algumas vezes

Sempre

14. VOCÊ TEM ACESSO ÀS REDES SOCIAIS?

Sim Não

14.1 Quais? (Assinale as opções)

Twitter

LinkedIn

Facebook

YouTube

WhatsApp

Salas de bate-papo

Outras. _____

**15. VOCE ACHA QUE CONECTAR-SE COM OUTRAS PESSOAS
ATRAVÉS DA INTERNET AUMENTA SEU CÍRCULO DE AMIZADES?**

Sim Não

**16. VOCÊ ACREDITA QUE ADQUIRINDO MAIS HABILIDADE NA
UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EXISTENTES, SERÁ POSSIVEL
OBTER UMA INTERAÇÃO MAIOR NO SEU CONVÍVIO SOCIAL?**

Sim Não

**17. O USO DO COMPUTADOR TEM AJUDADO A MANTER SUA MEMÓRIA
MAIS ATIVA?**

Sim Não

18.O USO DO COMPUTADOR TEM MELHORADO A SUA CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO?

()Sim ()Não

19.DENTRE OS ITENS ABAIXO RELACIONADOS, QUAIS OS SERVIÇOS/ASSUNTOS QUE MAIS LHE INTERESSAM NA INTERNET/WEB?

- () Correio eletrônico (*e-mails*);
 - () Notícias (revistas e jornais)
 - () Turismo (cidades, passeios, viagens, etc.)
 - () Cultura (museus e artes)
 - () Salas de bate-papo (*chats*)
 - () *Sites* de compras (lojas *on-line* de livros, cds, etc)
 - () *Sites* da Terceira Idade
 - () Outros:
-


ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, Maria Lucia Carvalho Palmeira, Diretora da FACULDADE DA FELICIDADE localizada na Rua Engenheiro Milton de Oliveira, 176. (Segunda Rua à direita na Afonso Celso) Barra, Salvador, Bahia, autorizo o Aluno Babilon Azevedo de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação - PPGCI, no Curso de Mestrado em Ciências da Informação da Universidade Federal da Bahia - UFBA e sua Orientadora a Profa. Dr^a. Aida Varela Varela, a realizarem a pesquisa "**A INTERAÇÃO DA TERCEIRA IDADE COM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**" nas dependências desta Instituição (FACULDADE DA FELICIDADE), com os(as) alunos(as) da Instituição.

O Nome dos participantes será resguardado.

Este termo será assinado em duas vias, sendo uma via da responsável pelo local e outra dos pesquisadores.

Salvador, 07 de maio 2014.


(Assinatura do responsável pelo Local)